



De  *a*  *[Ou Mun]*

A evolução da economia de Macau
nos últimos anos da administração portuguesa
e nos primeiros da administração chinesa

por

António M. de Almeida Serra
(CESA/ISEG/UTL)

Lisboa
2008

O presente texto é uma versão (muito) revista e aumentada de outro intitulado “Casino Macau”, publicado pelo CEsa em 2006 como um dos seus Documentos de Trabalho.

Provavelmente nunca um texto terá feito tanto jus a esta classificação (“de trabalho”) já que ele se veio a mostrar a semente para o que agora se apresenta e que, nascido daquele, acaba por ter uma vida própria, não podendo ser entendido, tais as alterações introduzidas no anterior, como uma mera versão melhorada e aumentada do anterior.

Não se esperem, no entanto, alterações substanciais dos pontos de vista adiantados no documento inicial. Eles, no fundo, já lá estão (quase) todos, tendo nós agora a preocupação de ir mais a fundo no documentar das ideias apresentadas e na abordagem, com informação estatística apropriada, da evolução económica de Macau nos últimos anos da administração portuguesa e nos primeiros da administração chinesa.

Essencial neste aprofundamento do texto inicial foi a possibilidade de abordar estes assuntos com especialistas residentes em Macau através de entrevistas realizadas no local em Junho/07 e um mais aprofundado tratamento da informação estatística disponível. O texto foi escrito, no essencial ainda em 2007 mas por várias razões só agora é possível publicá-lo. No final há um *post-scriptum* que dá conta de algumas informações mais actuais (Setembro/08).

Aos que quiseram partilhar connosco o seu conhecimento sobre Macau e à Fundação Oriente, que financiou quase integralmente o projecto, o nosso muito obrigado. Sem uns e outra teria sido impossível dar forma a este texto.

Por fim mas não por último, uma palavra especial de agradecimento à Dr^a Maria João Gregório, residente em Macau há já vários anos e boa conhecedora da economia local, pelas longas conversas sobre o tema do documento bem como pela inestimável ajuda nos contactos estabelecidos.

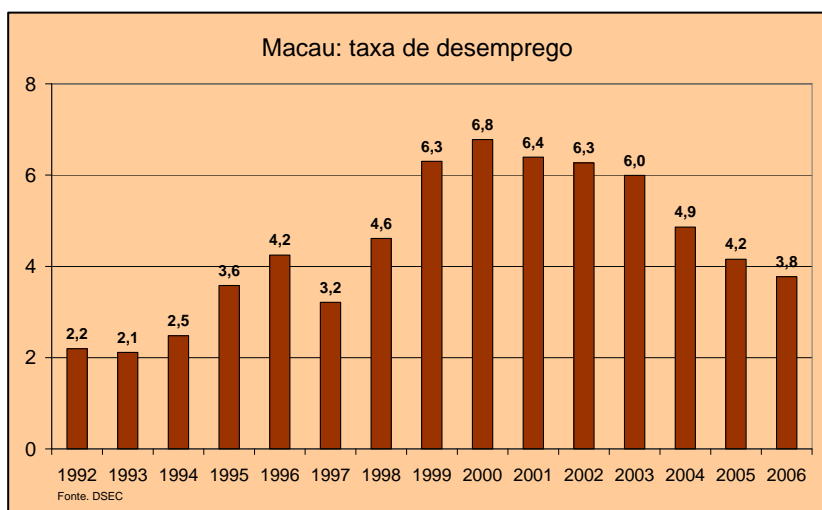
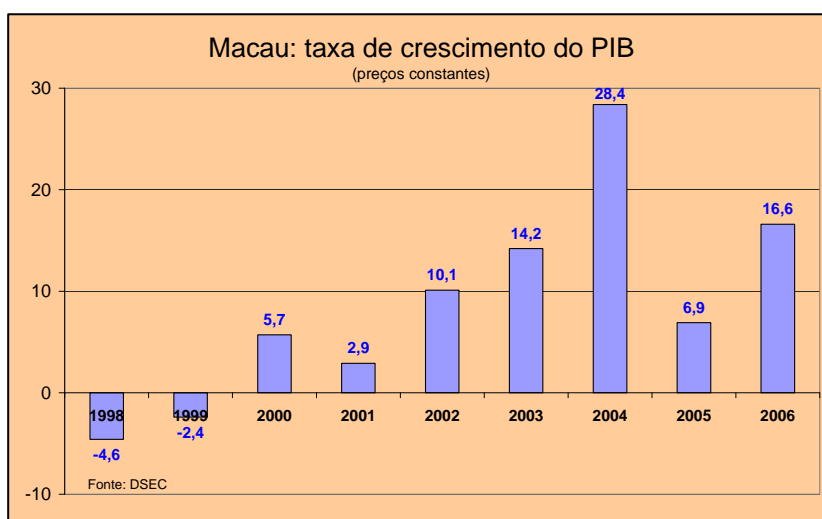
Introdução

Um observador da evolução de Macau no final da administração portuguesa e no início da administração chinesa da actual Região Administrativa Especial de Macau (de ora em diante também designada por “RAEM”, “Região” ou simplesmente “Macau”) seria tentado a dizer que “os portugueses já não sabem o que fazer... e o pior é que os chineses também não”.

Os dados sobre a evolução da produção de Macau desde 1998 parece confirmarem a parte relativa à administração portuguesa e deixam a porta aberta para um julgamento semelhante, mas não tão negativo, (pelo menos) quanto aos dois primeiros anos da administração chinesa da Regiãoão.

As taxas de desemprego apontam, algo naturalmente, no mesmo sentido: de 4,6% em 1998 passou-se a 6,3% no ano seguinte e a 6,8% no primeiro ano completo de administração de Macau pelos seus próprios políticos.

Esta taxa manteve-se relativamente elevada até 2003 quando, como veremos, face à situação e considerando a grave crise que então afectava Hong Kong devido à “gripe das aves” (e que se reflectia em Macau), o governo central da República Popular da China resolveu, em coordenação com os governos das duas RAE do delta do Rio das



Pérolas, adoptar medidas que vieram a mostrar-se essenciais para a recuperação económica de Macau (e de Hong Kong). Voltaremos ao assunto mais adiante.

Vejamos, entretanto, qual a situação (“fotografia”) e, principalmente, qual a evolução (“filme”) registada nos últimos anos da administração portuguesa.

1 - Macau “português”: o “modelo das grandes obras” + jogo + (tentativa de) diversificação industrial

Esta, como se sabe, terminou às zero horas de 20 de Dezembro de 1999. A data foi escolhida de forma a assegurar que a transferência da administração se fazia depois da de Hong Kong. Este era um “ponto de honra” da parte portuguesa já que ela assegurava que Portugal, o primeiro país europeu a chegar a estas bandas da Ásia e o primeiro a aí se instalar (literalmente) “de armas e bagagens”, seria o último a deixá-la.

Esta data satisfazia igualmente a parte chinesa já que lhe permitia cumprir dois dos seus objectivos fundamentais: fazer a passagem do milénio com (quase...) toda a China reunificada (ficava apenas a faltar a “cereja” do bolo: Taiwan) e... “dar uma bofetada de luva branca” aos ingleses que, sob a batuta do “último governador” Chris Patten, tinham tornado as negociações com a China para a transferência de Hong Kong num quase pesadelo dada a evidente preocupação de deixar sementes de democracia ocidental que causavam algumas “dificuldades de digestão” ao governo central chinês.

Note-se que a prontidão com que a nova administração se encarregou de eliminar todo e qualquer sinal da anterior presença administrativa de Portugal --- simbolizada pelo rápido tapar dos símbolos e dizeres no edifício do Leal Senado e todos os demais edifícios públicos quando ainda se ouvia o som das últimas badaladas da meia-noite... -- - parecia apontar para uma vontade de cortar radicalmente com o passado, nomeadamente o mais recente, que poderia estender-se não apenas ao domínio dos símbolos exteriores de soberania mas também a outros domínios --- nomeadamente o económico, na medida em que a situação não se afigurava nada famosa..

De facto, as dificuldades que a economia do território tinha sentido nos últimos anos da administração portuguesa poderiam justificar que tal linha de “ruptura” com o passado se estendesse à economia, ainda que no quadro geral do compromisso sobre a existência de “um país, dois sistemas” e no quadro do estrito cumprimento dos acordos celebrados com Portugal para o período pós-transição.

Aquelas dificuldades económicas sentir-se-iam, muito provavelmente e mesmo sem um contexto económico internacional desfavorável como o que então se verificava¹, devido ao esgotamento do que poderíamos designar como o “modelo das grandes obras” que tinha caracterizado a política económica implementada por Portugal, particularmente a partir dos governos do então Comte. Almeida e Costa (1981-86). Ele

¹ Crise de Hong Kong derivada, em parte, da crise que grassava na Ásia a partir da “implosão” do baht tailandês em 2 de Julho de 1997

foi, na verdade, quem planeou reparou muitos dos projectos (principalmente infraestruturas físicas) a realizar no futuro e que preparariam, preparando Macau para o pós-Portugal. Coube, porém, a Carlos Melancia (1987-90), executar muitas das obras planeadas e outras.

Foi nesse contexto que, com o objectivo (ilusório?) de dar a Macau uma relativa autonomia face a Hong Kong e, mesmo, à zona contígua da China Popular (a província de Guangdong/Cantão e, particularmente, a cidade fronteiriça de Zhuhai) que diminuísse a sua dependência face aos seus vizinhos, se lançou a construção de “grandes obras” de infraestruturas (nomeadamente o aeroporto (foto ao lado), o novo terminal marítimo para os de *jetfoils* que ligam Macau a Hong Kong e a expansão da central eléctrica mas também pontes de ligação entre a península de Macau e a ilha da Taipa).

Negociaram-se igualmente acordos com instituições exteriores a Macau --- nomeadamente organizações internacionais como a União Europeia, o GATT, etc. --- como se de um (mini-)país independente se tratasse.

Parte da explicação para a implementação desta lógica de preparar o então Território para uma situação de “quase independência” (passe o exagero, que reconhecemos) poderá estar no facto de, à época em que a estratégia foi delineada e começou a ser implementada, a estratégia de abertura da RPChina ao exterior ser ainda muito recente e de evolução futura e resultados que na época não se sonhava que viessem a aproximar-se do que são hoje.

Um dos mais importantes daqueles acordos pelas suas consequências posteriores foi a adesão ao GATT que permitiu ao então “Território” aceder a quotas (proporcionalmente muito generosas) do comércio internacional de têxteis.

Entretanto e desde meados da década de '70 do século passado tinha-se verificado um surto de desenvolvimento industrial. Este surgiu “em resposta aos estímulos que os *Acordos* [GATT] transmitiam a pequenas economias como a de Macau, [mas] 88,5% da produção estava concentrada na indústria dos têxteis e vestuário, que empregava 68,7% do trabalhadores que laboravam em 41,8% dos estabelecimentos da indústria transformadora.”²



² Como diz NUNES, Rosalina em *Macau: pequeno território em transformação*, CEsa, 1995, pg 34

A autora da citação anterior prossegue referindo (pg 22) que em 1992 cerca de ¾ das exportações de Macau eram do sector têxtil e 5% eram de brinquedos, sectores que entretanto se tinham desenvolvido --- tal como o fabrico de flores artificiais. A importância do sector têxtil derivava do regime de quotas que estavam atribuídas a Macau no âmbito daqueles acordos e que levaram muitos industriais de Hong Kong a instalarem-se em Macau --- ou a comprar a industriais macaenses as suas quotas de exportação --- dando origem à “revolução industrial” neste antigo “território chinês sob administração portuguesa” segundo a fórmula constitucional.

Esta industrialização mais por influência externa (de Hong Kong, cujos industriais procuraram aproveitar os custos --- terrenos, mão de obra, impostos --- mais reduzidos em Macau) do que por iniciativa própria³ e o facto de vários empresários de Macau se terem acomodado mais ao negócio da venda das suas quotas de exportação do que à produção propriamente dita poderá estar, segundo alguns observadores, na base de uma certa tendência para os empresários locais macaenses serem mais elementos de uma burguesia *compradora*, comissionista, do que verdadeiros empresários capitalistas (shumpeterianos?), dados ao risco e procurando ganhar dinheiro em actividades directamente produtivas, mais do que em actividades com um certo pendor comercial, senão mesmo especulativo.

De notar, como já mencionado acima, que as linhas mestras do desenvolvimento do Território naquilo que já se sabia que seriam os últimos anos da administração portuguesa foram definidas num contexto em que era difícil prever quais seriam as consequências para Macau --- e, principalmente, para a própria China... --- das alterações de orientação do desenvolvimento da RPChina aprovadas pelo Partido Comunista Chinês no final de 1978 e que ditaram a abertura da China ao comércio internacional.

Uma das linhas orientadoras destas reformas foi a criação de “zonas económicas especiais”, uma das quais abrangendo a zona fronteiriça de Macau (Zhuhai⁴; vd foto ao lado), destinadas a captar investimentos estrangeiros que as tornassem verdadeiras “plataformas de produção” (e de angariação de divisas fortes e de experiência para os (futuros) empresários chineses.



Na sequência destas alterações, a parte mais significativa da produção industrial de Macaumacaense ⁵ transferiu-se para aquela ZEE chinesa, deixando o então

³ Esta referência não esquece, no entanto, o facto de o “pano de fundo” do processo se ter ficado a dever, e muito às decisões políticas e económicas das autoridades portuguesas

⁴ Aquando do processo de abertura da China ao comércio internacional e a criação das zonas económicas especiais, Zhuhai, a ZEE “colada” a Macau, não era mais que um conjunto de pequenas vilas dedicadas principalmente à actividade piscatória e com, no total, cerca de 100 mil habitantes. Hoje é habitada por bem mais de um milhão de pessoas

⁵ Como diz NUNES, Rosalina em *Macau: pequeno território em transformação*, CEsa, 1995, pg 34, “em meados da década de 70 [do século passado], em resposta aos estímulos que os *Acordos* [GATT] transmitiam a pequenas economias como a de Macau, 88,5% da produção estava concentrada na indústria dos têxteis e vestuário, que empregava 68,7% do trabalhadores que laboravam em 41,8% dos estabelecimentos da indústria transformadora.” A mesma autora refere (pg 22) que em 1992 76% das

“território” Macau com uma reduzida parte deste tipo de produção e, em consequência, entregue essencialmente à prestação de serviços.

Neste contexto o turismo assumia agora uma importância ainda maior. E, na época (como agora), quem falava de “turismo” falava de “jogo”.

A implementação do “modelo das grandes obras” (públicas) foi essencialmente financiada pelas receitas da Administração Pública local provenientes do pagamento do imposto sobre os rendimentos do jogo, as quais subiram bastante na sequência da revisão, em 1976, do acordo de concessão de monopólio (datado de 1962) com o *tycoon* do mesmo, Stanley Ho. Os impostos cobrados à indústria do jogo asseguravam então cerca de metade das receitas da administração de Macau ⁶.

Tal modelo de crescimento tinha uma limitação principal: a de que, pela natureza das coisas --- a geografia do Território, com os seus escassos cerca de 20 kms² ---, estava condenado à partida a esgotar-se mais ou menos rapidamente. Tal dimensão não permitia, de facto, que se prolongasse por muitos mais anos a construção de equipamentos colectivos e de infraestruturas. Mas isso já seria problema para os governantes seguintes... A estes competia apenas, acreditava-se, “deixar a casa arrumada” e com um leque apreciável de opções para o futuro.

A continuação do desenvolvimento de Macau, adivinhava-se, estava em causa. Isso mesmo parece evidente quando se olha para os números da evolução do PIB a preços constantes e do emprego: depois de em 1992, um ano excepcional, o PIB ter crescido à taxa de 13,3%, ele cresceu 5,2% em 1993, 4,3% em 1994, 3,3% em 1995 e, passando ao “vermelho”, -0,4% em 1996 e 0,3% em 1997. As taxas de desemprego passaram de 2,5% em 1994 para 3,6% em 1995 e 4,2% em 1996.

Isto é, a crise económica em Macau, que veio depois a agravar-se com a crise asiática de 1997-98 e seus efeitos na economia vizinha de Hong Kong, começou antes desta crise mais generalizada e manifestou-se, nomeadamente, naqueles números mas também numa “bolha” do sector imobiliário que rebentou naqueles anos e que levou a que, em 1996, se estimasse que existiam em Macau cerca de 35-40 mil habitações vazias, por vender ou alugar. Este panorama era relativamente comum na Ásia de então e teve um papel importante no desencadear, na Tailândia, da crise de 1997.

O panorama económico nada animador que se viveu no último quinquénio da administração portuguesa só poderia (eventualmente) melhorar no contexto de uma sua inserção na região sul da China (pelo menos). Mas isso estava dependente da República Popular e só ela a poderia levar a cabo.

Daí que Portugal “já não soubesse o que fazer” porque, só por si, pouco poderia fazer --- até porque uma aparente “mão invisível” parece ter apostado em lhe dificultar

exportações de Macau eram do sector têxtil e 5% dos brinquedos que entretanto se tinham desenvolvido --- tal como o fabrico de flores artificiais. A importância do sector têxtil derivava do regime de quotas que estavam atribuídas a Macau no âmbito daqueles acordos e que levaram muitos industriais de Hong Kong a instalar-se em Macau --- ou a comprar a industriais macaenses as suas quotas de exportação
⁶ 60%, 50% e 50% nos três últimos anos de administração portuguesa (1997 a 1999)

a vida nos últimos anos da sua administração (para ser mais nítida aos olhos de todos as melhorias após a transferência de poderes?). Abençoado momento, o da passagem de testemunho de transferência de responsabilidades...

Note-se, no entanto, que alguns observadores da realidade local consideram que não foi feito tudo o que estaria ao alcance das autoridades portuguesas para reverter a situação económica vivida nos últimos anos da sua administração.

Uns dizem que nessa época (ou mesmo antes) se poderia ter forçado, através de negociações, o fim do contrato de monopólio do jogo de modo a que, abrindo o mercado a outros concorrentes --- como se veio a verificar em 2002, já sob a administração chinesa e depois de terminado o contrato de monopólio ---, se aumentasse a concorrência e com ela, esperava-se, as receitas do jogo e o volume de impostos cobrados, tudo contribuindo para a reanimação da economia.

Tal renegociação poderia, mesmo, alegam, ter sido feita ainda durante a primeira metade da década de '90 de modo a que o (esperado mas não certo...) aumento das receitas do jogo pudesse ajudar a sustentar a economia quando já se antevia o fim das grandes obras públicas (a última das quais terá sido o aeroporto, inaugurado no fim de 1995) e a recessão que inevitavelmente isso traria consigo.

A isto respondem outros analistas da evolução de Macau com dois factos importantes --- um mais certo do que outro:

- primeiro, o de que a China de então não era a China de hoje, com um conjunto de "ricos" dispostos a jogar pequenas/médias/grandes fortunas (suas ou alheias, como no caso de algumas empresas estatais) nas mesas VIP dos casinos de Macau e com um vasto grupo de cidadãos com possibilidades financeiras para jogarem no "mass market"; e,

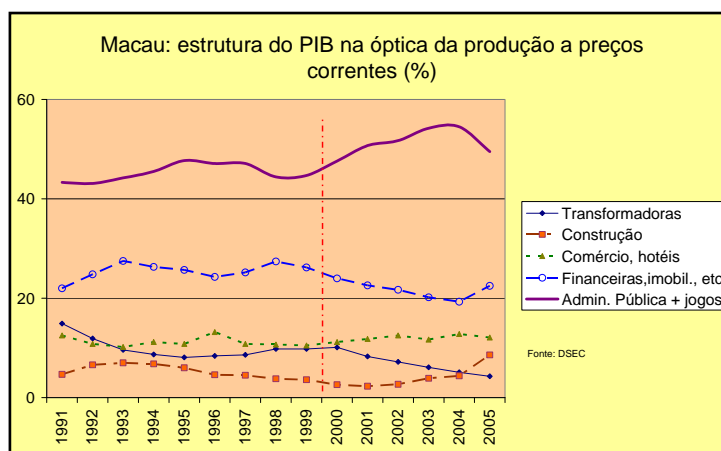
- segundo e principalmente, a China de então não estava preparada para ter uma política de concessão de vistos para visitar (e jogar...) em Macau tão "generosa" como a que pratica hoje (em que Macau é parte da RPC), facilitando um fluxo enorme de visitantes da "mãe-pátria" que vão visitar o "filho pródigo" (e tentar a sorte...). Até porque permiti-lo na época seria um convite expresso à fuga de capitais da RPC...

Mais (e, isto sim, verdadeiramente decisivo), alguns afirmam mesmo que a RPC não permitiu --- ou fez saber que não gostaria que tal acontecesse, o que no caso dá no mesmo... --- que se fizesse tal renegociação durante a administração portuguesa. Uma das razões fundamentais seria o receio de parte das contrapartidas a negociar com os concessionários do jogo acabasse, como aquando da última renegociação com o concessionário monopolista, por se traduzir em vantagens para Portugal que consideravam injustificadas e que para eles tocavam a raia da verdadeira "fuga de capitais" de Macau. Na sua opinião seria este o caso da constituição da Fundação Oriente e da localização da sua sede em Lisboa e não em Macau no quadro do acordo com a STDM de Stanley Ho. Não estavam dispostos, evidentemente, a correr o risco de ver a história repetir-se.

Note-se que um entrevistado para este trabalho referiu que antes do fim da administração portuguesa chegou a haver contactos de industriais do jogo de Las Vegas -- os mesmos que agora actuam na RAEM --- com responsáveis portugueses no sentido de

aquilatar da possibilidade de investirem no Território no quadro do fim do monopólio então existente antes de 2000. O resto da História é conhecido.

No decurso da década de '90 e face à progressiva "desindustrialização" de Macau por transferência da produção para Zhuhai (a ZEE fronteira com Macau) ou outras localizações na China Continental, desenvolveu-se a ideia, no seio da administração portuguesa, de que se tornava necessário resistir a tal processo de esvaziamento do sector industrial de modo a assegurar que o Território não agravasse a sua já grande dependência em relação ao jogo e às suas receitas.



Neste contexto, há sinais de ter havido a preocupação das autoridades portuguesas de tentar a diversificação do tecido industrial de Macau procurando atrair para ele indústrias com maior valor acrescentado, recorrendo a um mais intenso uso da ciência, da tecnologia e do "capital humano" em detrimento das indústrias mão-de-obra intensivas que até aí tinham caracterizado a produção *made in Macau* --- caso dos têxteis, maioritários, dos brinquedos e das flores artificiais. No entanto e face às circunstâncias, aparentemente as autoridades não terão levado o esforço muito a sério por (eventualmente) o considerarem mais ou menos inglório.

Sinais desse esforço podem ser vistos na criação do CPTT (Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia), na "luz verde" dada para a instalação em Macau (1992) do centro da Universidade das Nações Unidas vocacionado para o estudo de aplicações informáticas especialmente vocacionadas para fazerem face a necessidades dos países em desenvolvimento (o UNU-IIST, United Nations University - International Institute for Software Technology), a própria transformação da Universidade da Ásia Oriental (uma iniciativa de privados de Hong Kong) na Universidade (pública) de Macau⁷ e, *last but not least* e já no "encerrar das portas", a elaboração de um estudo, a cargo de Êrnani Lopes, que apontava naquela direcção e que foi deixado como "herança" para a nova administração.

Sublinhe-se que este esforço é, tal como referido acima, enquadrável no esforço, sempre tentado sem grande sucesso, de reduzir a dependência da vida económica do (ex-) Território das receitas do jogo. Sublinha-se que o que estava em causa era uma diversificação das actividades económicas e não, de forma alguma, a substituição de umas por outras, nomeadamente do jogo por actividades mais industriais.

⁷ A causa imediata desta transferência da Universidade do sector privado para o público parece ter sido a necessidade de lhe dar uma credibilidade que não teria. Mas não teria, no fundo e cremos nós, para servir de apoio ao referido esforço de melhoria do capital humano necessário para a melhoria do padrão de produção do Território

Um observador salientava que tal esforço resulta, eventualmente, da nossa (ocidental) educação judaico-cristã que tende a ver no jogo uma actividade menos própria, “voire” mesmo algo “pecaminosa” por ser resultado das influências do “mafarrico” sobre mentes menos preparadas para resistir às “tentações” terrenas. Os chineses, felizmente (?), estão isentos deste “modus pensanti” (!), não exercendo qualquer juízo de valor negativo sobre ele --- o que, como veremos mais adiante, não deixa de ter consequências sobre a forma como entendem o seu papel na economia.

No final da administração portuguesa, que coincidia também, parcialmente, com o final do período de monopólio do jogo, viveram-se momentos particularmente agitados devido às lutas que se estabeleceram entre as “tríades” chinesas, nomeadamente com base em Hong Kong⁸ e Macau, para a repartição de parte do “bolo” proporcionado pelo jogo e actividades com ele relacionadas (ex: empréstimos aos jogadores), “bolo” esse que estava em diminuição devido à crise então em curso.

Este fenómeno e a insegurança pública que lhe andou associado, constituiu, segundo alguns observadores, consequência mas também causa de uma limitação à continuação da rápida expansão do jogo no Território que, juntamente com as consequências da crise de 1997-98, terá sido uma das bases das dificuldades económicas que o território sentiu no final dos anos 90.

Como já salientado no início deste trabalho, o modelo de crescimento baseado nas “grandes obras” financiadas principalmente pelas receitas do jogo tinha como inconveniente principal o de que estava condenado a esgotar-se mais ou menos rapidamente devido à reduzida dimensão do Território. A continuação do desenvolvimento de Macau estava em causa e, adivinhava-se, só poderia ocorrer no contexto da sua inserção na região sul da China (pelo menos). Mas isso estava dependente da própria China e só ela a poderia levar a cabo. Daí que Portugal “já não soubesse o que fazer” porque, só por si, pouco poderia fazer. Abençoado momento da transferência de responsabilidades...

2 - O modelo chinês de desenvolvimento de Macau: “(muito) mais do mesmo”

Herdeira de uma situação económica pouco invejável, com pouca experiência de gestão macroeconómica --- *whatever it means* numa economia de vinte e poucos kms² e de cerca de 43500 mil habitantes --- e, *malgré bongré*, com um grau de autonomia de decisão face a Pequim ainda por testar, a nova administração não estava nas melhores condições para, a 20 de Dezembro de 1999, ser capaz de, só por si, lutar por uma retoma económica que, no mínimo, “marcasse a diferença” (pela positiva) em relação à administração que a precedera --- o que era interpretado como essencial para

⁸ Sobre esta fase leia-se, nomeadamente....

demonstrar a “superioridade moral” da nova situação político-administrativa e para que a China não “perdesse a face”.

Daí que a recuperação económica a que se assistiu nos dois primeiros anos tivesse sido, no mínimo, algo “periclitante”, com a taxa de desemprego a atingir os 6,8% em 2000 e mantendo-se na casa dos 6% até 2003. Isto apesar de as taxas de crescimento do PIB a preços constantes terem, logo em 2000, passado do “vermelho” para uns animadores 5,7% que, no entanto, se reduziram a metade no ano seguinte. Em 2002 deu-se o primeiro grande “salto” desta taxa para um nível “à chinesa” (da RPC), quando ela atingiu os 10,1%.

Esta animação da actividade económica --- que para o conjunto do período de 2000 a 2006 se traduziu num crescimento do PIB à taxa de 13,1%/ano --- ficou mais a dever-se a dois efeitos relativamente exteriores a Macau do que à “bondade” das políticas adoptadas embora estas, naturalmente, tenham sido suficientemente boas para permitirem aproveitar o impulso externo recebido.

Aqueles dois impulsos externos foram:

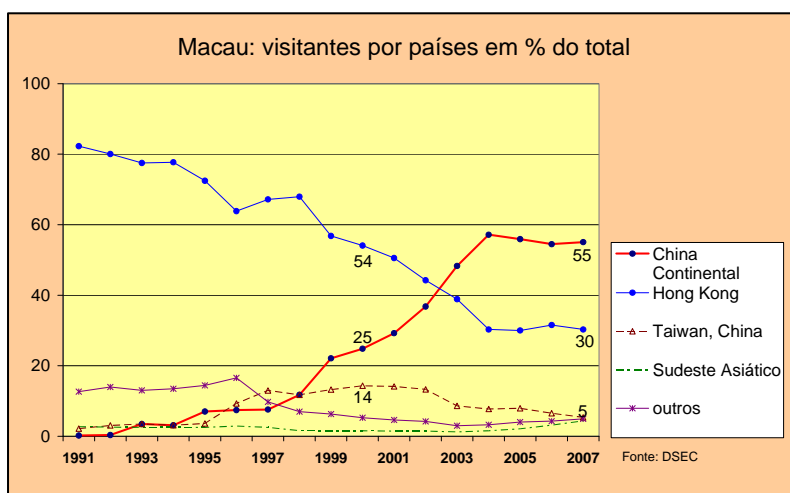
- a) o crescimento da economia de Hong Kong no rescaldo da recuperação pós-crise asiática de 1997-98 (+10% em 2000); e
- b) um importante aumento dos visitantes da nova RAEM com origem na China, principalmente organizados em excursões que iam ver o “filho pródigo” recém-regressado ao convívio dos seus iguais no contexto da “Grande China”.

Entradas de turistas		Tx. anual crescimento
1998	6 948,5	
1999	7 443,9	7
2000	9 162,2	23
2001	10 279,0	12
2002	11 530,8	12
2003*	11 887,9	3
2004	16 672,6	40
2005	18 711,2	12
2006	21 998,1	17,6
2007	27 003,4	22,8

* ano da SARS
Fonte: DSEC

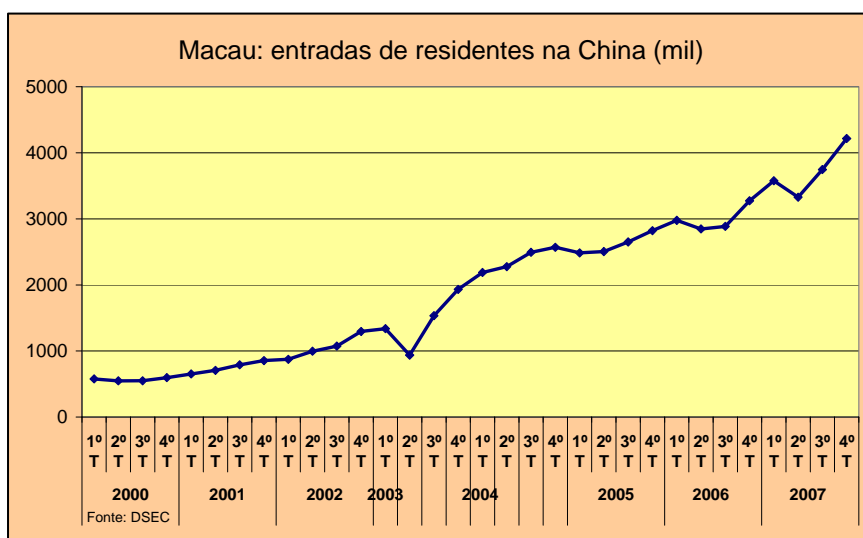
Visitantes organizados em pacotes turísticos		
Ano	Total	Da China Continental
1998	870 988	474 960
1999	1 056 134	600 999
2000	1 493 677	946 424
2001	1 603 819	982 401
2002	2 102 586	1 425 205
2003	1 536 998	1 258 215
2004	2 497 781	2 068 246
2005	2 675 753	2 101 745

Note-se, nos quadros acima, o abrandamento do crescimento do número de turistas em 2003. A causa desta evolução foi a “crise (económica) da SARS (Síndrome da Insuficiência Respiratória Aguda)” que nesse ano atingiu a Ásia, particularmente a China,



Taiwan e Hong Kong⁹. Este abrandamento registou-se quer em relação ao total dos turistas --- usualmente designados de 'visitantes' nas estatísticas de turismo da RAEM --- entrados em Macau quer, naturalmente, aos que o fizeram em excursões organizadas provenientes da China Continental.

Em resposta a esta situação e procurando evitar o eventual desencadear de uma crise económica em resultado desta descida de visitantes, o Governo de Pequim autorizou, em meados de 2003, que as visitas dos cidadãos chineses a Hong Kong e a Macau deixassem de ser, quase obrigatoriamente, efectuadas no quadro de excursões organizadas por uma qualquer estrutura/organização da RPC e permitiu que passassem a ser feitas também individualmente ou por famílias. Note-se que esta atitude não terá deixado de ter em consideração aquilo que eram as "reivindicações" das concessionárias do jogo em Macau já que a sua candidatura terá tido como pressuposto o de que, de preferência mais cedo que mais tarde, se verificasse tal liberalização.



O fim da SARS (meados de Junho/06) e das restrições às viagens individuais a Macau trouxeram consigo uma verdadeira explosão do número de turistas: em 2004 ele aumentou 40% relativamente ao ano anterior, passando de cerca de 12 milhões para quase 17 milhões. Também

as viagens organizadas conheceram um grande aumento, tendo o número de chineses que visitaram Macau desta forma aumentado 800 mil em 2004 relativamente a 2003 (mais 65%).

⁹ A SARS é uma forma atípica de pneumonia e o primeiro alerta mundial emitido pela Organização Mundial de saúde data de 12 de Março de 2003. O 'pico' de ocorrências a nível mundial (a maioria na Ásia Oriental, particularmente China --- 5,3 mil casos --- e Hong Kong --- 1,8 mil casos do total mundial de 8,1 mil) decorreu entre meados de Março/2003 e o fim de Abril seguinte.

Vd <http://www.who.int/csr/sars/epicurve/epiindex/en/index1.html>

Esta liberalização das visitas de chineses continentais a Macau (eles representavam 12% dos visitantes em 1998, 25% em 2000 e 55% em 2007) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do turismo (incluindo o jogo) e do comércio.

Quanto ao primeiro, a taxa de ocupação dos hotéis passou de 54% em 1999 para 58% no ano seguinte e para 72% e 77%, respectivamente, em 2006 e 2007 apesar de o número de quartos ter aumentado de 9 mil em 1998 para 10,3 mil em 2005, 12,4 mil em 2006 e 15,6 mil em 2007 --- um aumento de cerca de 25% em cada um destes dois últimos anos.

Quanto ao comércio, é de salientar que os visitantes da RPChina representam um mercado importantíssimo --- nomeadamente para o comércio propriamente dito e a restauração --- já que se estima que a sua despesa média tenha sido, em 2005 e 2006, de cerca de 3.078 e de 3.215 MOP¹⁰, respectivamente. As médias dos últimos trimestres de 2006 e de 2007 foram, respectivamente, de 3.562 e 3.641 MOP.

Estes valores estão bem acima da média --- para a qual eles contribuem --- de gastos por visitante (total) e que foi de 1.670 e de 1.714 MOP naqueles trimestres. Trata-se, pois, de um contributo importante para o PIB de Macau ¹¹.

Este crescimento rápido do número de turistas logo desde a transferência de administração para a RPC --- particularmente dos oriundos desta --- e as expectativas de que esse número viesse a crescer ainda mais agora que as “Portas do Cerco” são uma (mera?) “fronteira interna” foi o factor que mais contribuiu para que empresas internacionais especializadas nos “jogos de fortuna e azar” aproveitassem o fim do monopólio da STDM-Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, em 2002, para concorrerem a uma das três licenças de jogo que o governo da RAEM resolveu então leiloar para diversificar o mercado do jogo e tentar desenvolvê-lo aumentando, conseqüentemente, as receitas fiscais que ele origina.

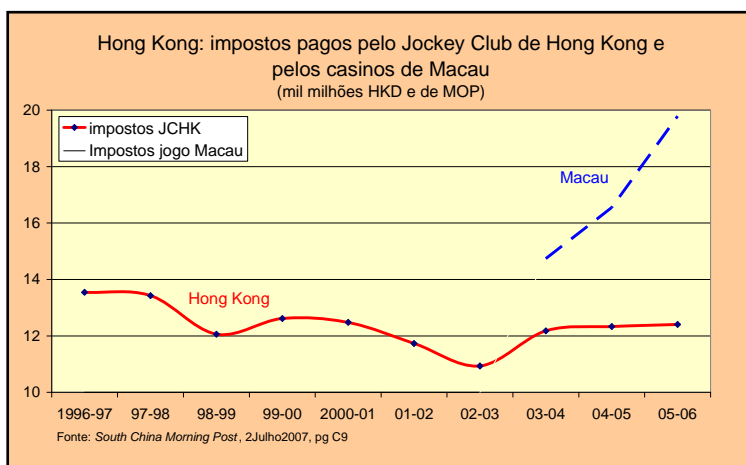
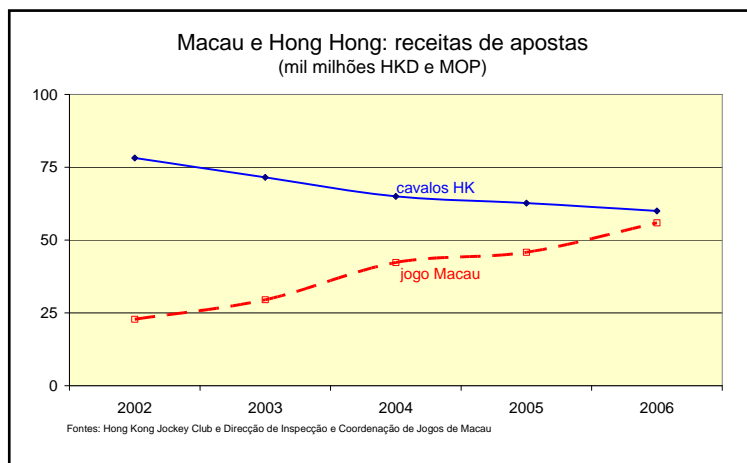
O que estava em jogo para os novos operadores era, naturalmente e na pior das hipóteses, a redistribuição do “bolo” então existente de receitas de “jogos de fortuna ou azar” de cerca de MOP 18,1 mil milhões MOP em 2001 e de 21,5 mil milhões MOP em 2002. Também naturalmente, porém, os seus objectivos eram bem mais ambiciosos e procurariam fazer crescer significativamente aquele “bolo” --- ao mesmo tempo que o “redistribuíam”--- alargando a captação de jogadores a outras regiões da Ásia Oriental e, principalmente, contando com a liberalização do acesso de cidadãos da China Continental àquele pedaço da RPChina.

Note-se que esta iniciativa de abrir o jogo à concorrência deve ser vista no contexto mais largo da China e das articulações dos poderes regionais com o poder central de Pequim.

¹⁰ Embora a taxa de câmbio seja um pouco mais elevada (1€=11,75 MOP em 15/1/08, uma “thumb rule” utilizada para uma conversão rápida é a de 1€=12 MOP.

¹¹ Em 2006 o “comércio por grosso e a retalho; hotéis, restaurantes e similares” representavam 11,4% do PIB; a “Administração Pública; Actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços” correspondiam a 46,5% do produto, depois de em 2004 terem representado 55%. A descida deve-se em parte ao aumento da participação das “actividades financeiras; actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas”.

De facto, esta estratégia de abertura do mercado do jogo (ainda que limitado à passagem de um monopólio a um “triopólio”...) não podia deixar de ter sido combinada entre o governo da RAEM e o poder central. Este último teria já decidido, mesmo antes da transferência de poderes em 1999, caminhar no sentido de terminar o monopólio existente e terá mesmo, como já referido, feito saber que não aceitava que o processo de abertura do mercado do jogo fosse realizado durante a administração portuguesa pelos motivos também já mencionados acima.



Além disso, eram conhecidas as pressões de Hong Kong para abrir casinos no seu território. O poder central foi fundamental para “regular” a distribuição regional de actividades económicas, mantendo Hong Kong afastado do mercado dos casinos mas dando-lhe o monopólio da criação de grandes parques temáticos como a *Disneylândia* local --- para além de continuar com o monopólio das corridas de cavalos no *Hong Kong Jockey Club* (cujas receitas das corridas estavam, no entanto, em queda acelerada, com 78 mil milhões HKD em 2002, 71,5 em 2003 e 60 mil milhões em 2006).

Há mesmo interpretações de que o que veio a acontecer na distribuição de licenças para a abertura de novos casinos em Macau fez parte de um “arranjo” patrocinado pelo poder central.

De facto, o concurso internacional para a concessão das três licenças terá tido, segundo algumas fontes --- ou simplesmente “interpretações” do que se passou? ---, as cartas “marcadas” desde o início, servindo tal concurso apenas para legitimar decisões que estariam tomadas *a priori* --- ou, pelo menos e se quisermos usar uma linguagem mais “politicamente correcta”, ir ao encontro das opções tomadas em Pequim (e em Macau, claro, desde que não fossem diferentes daquelas...) que eram consideradas como as que melhor satisfaziam os interesses da RPC e de Macau.

Estas passavam pela (natural) concessão de uma licença ao antigo monopolista Stanley Ho, uma outra aos interesses económicos de Hong Kong mais ou menos como contrapartida pela não abertura de casinos naquela RAE --- “não abres casinos num lado

do delta [do Rio das Pérolas] mas abres no outro lado" ... --- e, finalmente, uma terceira para investidores americanos de Las Vegas na sequência de opções da China (= governo central), verdadeiras também para outros mercados/sectores de produção, de lidar preferencialmente com os "top of the top" mundiais nas respectivas áreas de actividade.

Esta solução permitiria também, ao que parece, manter o envolvimento do Exército Popular da China no negócio do jogo de Macau, envolvimento que vinha de há várias décadas, nomeadamente do tempo do concessionário anterior à mudança ocorrida no início dos anos 60 (Companhia Tai Heng), quando Stanley Ho adquiriu o monopólio do jogo de Macau.

Uma "dificuldade" --- ou apenas um "pequeno contratempo"?!... --- que houve que resolver foi o facto de nas seis candidaturas pré-seleccionadas no âmbito do referido concurso para três licenças de jogo não figurar a empresa representante dos interesses económicos de Hong Kong, a Galaxy, que, apesar de se ter candidatado, não conseguiu ser pré-seleccionada (por falta de *know how* suficiente sobre o sector? Talvez).

Por outro lado, uma das maiores empresas de Las Vegas que concorreram, a *Las Vegas Sands*, também não foi pré-seleccionada. A sua decisão de concorrer associada a interesses de Taiwan terá sido fatal para as suas pretensões pois receava-se que com tais interesses viessem também as *máfias* da ilha "rebelde", que assim se imiscuiriam nos interesses do jogo de Macau.

É na sequência do (inesperado?) afastamento destes fortes concorrentes logo numa fase inicial que surge, a partir do governo da RAEM --- com "sugestão" de Pequim? Muito provavelmente ---, a proposta de uma aliança entre o grupo de Hong Kong e o grupo americano da *Las Vegas Sands* e que pressupunha o rompimento deste com os seus sócios de Taiwan. Tal acordo passava por uma das licenças ser concedida ao grupo *Galaxy* de Hong Kong (e em que estava representado o Exército Popular de Libertação) com a condição de a gestão efectiva dos casinos que viesse a abrir ser entregue à empresa americana devido à sua grande experiência no ramo¹².

Dificuldades no entendimento entre estas duas partes quanto ao conteúdo do contrato de gestão a celebrar --- dificuldades efectivas ou esquema que já estava, também ele, previamente acordado?!... ---, levaram a que se tivesse caminhado no sentido de, com o habitual pragmatismo chinês, admitir uma solução que não estava prevista na lei e que, por isso, é mais "a-legal" que ilegal: a autorização de o grupo *Galaxy* conceder uma "sub-concessão" ao grupo *Las Vegas Sands/Venetian* para ele poder abrir os seus próprios casinos¹³.

¹² Vd. Relatório do Conselho de Administração da Venetian Macau, SA relativo ao ano de 2006 e Notas às demonstrações Financeiras do Relatório e Contas, em que se diz explicitamente que "De acordo com o contrato de concessão assinado entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau («O Governo») e a Galaxy Casino, S. A. em 26 de Junho de 2002 («o contrato de concessão»), a VML [Venetian Macau, SA, da Las Vegas Sands] seria a sociedade gestora durante o período de concessão, que se inicia em 27 de Junho de 2002 e terminará em 26 de Junho de 2022"

¹³ Do mesmo documento da nota anterior: "Em 19 de Dezembro de 2002, com a celebração do contrato de subconcessão (O Contrato de Subconcessão) para exploração de jogos de casino de fortuna e azar e outros

Uma vez concedida esta autorização a um dos grupos com licença de jogo e numa aplicação, pragmática e não prevista nele, do equivalente ao princípio de “nação mais favorecida” --- uma facilidade comercial (aduaneira, p.ex.) concedida a um país a é automaticamente estendida a todos os outros países ---, os outros dois grupos ficaram com a possibilidade de disponibilizarem, eles próprios, uma sub-concessão.

Esclareça-se que os contratos estabelecidos entre as concessionárias e as suas sub-concessionadas destas são, *ipsis verbis*, copiados dos contratos estabelecidos entre as primeiras e o governo da RAEM pelo que, na prática e embora eles sejam estabelecidos entre duas entidades privadas --- nos das concessões as partes são uma privada e uma pública (o Governo) ---, se poderá dizer que estamos perante seis licenças (ou 3+3).

De realçar que em nenhum dos casos está previsto qualquer limite quer ao número de casinos que cada operador pode abrir e operar quer ao número de mesas de jogo e máquinas a colocar em actividade. Dos novos casinos, uma parte poderá ser gerida directamente pelos concessionários (ou sub-concessionários) e o restante poderá ver a sua gestão entregue a terceiras entidades.

Note-se que as subconcessões das licenças de jogo --- autorização para uma companhia diferente da inicialmente concessionada pelo Governo da RAEM operar jogo sob uma licença das empresas concessionárias --- foram transaccionadas entre as partes (privadas) mediante um pagamento que, num dos casos, chegou aos 900 milhões USD (7,2 mil milhões MOP): a compra da sub-concessão pela *Melco-PBL* à *Wynn Resorts*¹⁴. Igual licença custou 200 milhões USD ao grupo *MGM*, que a adquiriu à *SJM-Sociedade de Jogos de Macau*. Boa parte da explicação para este preço tão baixo é o facto de a *MGM* se ter associado a Pansy Ho, filha do patrão da *SJM*, Stanley Ho, no lançamento do hotel-casino MGM-Grand.

No caso da *Wynn*, pelo menos, a verba encaixada pela venda da subconcessão representa um enorme ganho de capital que permitiu reduzir em muito o esforço de investimento a realizar. O investimento a que esta empresa se obrigou no contrato de concessão de licença de jogo foi de 4 mil milhões MOP no total¹⁵. No entanto, o valor do seu imobilizado no final de 2006 era já de 6 mil milhões MOP.

jogos de casino na Região Administrativa Especial de Macau, celebrado entre a VML e a Galaxy Casino S.A., a VML passou a poder explorar directamente jogos de fortuna e azar e outros jogos de casino.”

¹⁴ “A Sociedade é concessionária para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino em Macau, ao abrigo do contrato de concessão assinado com o Governo de Macau em 24 de Junho de 2002 e é proprietária e opera o «Wynn Macau», um hotel/casino/resort. O período de concessão teve início em 27 de Junho de 2002 por um prazo de 20 anos, terminando em 26 de Junho de 2022. O «Wynn Macau» abriu ao público em 6 de Setembro de 2006.”
In Relatório do Conselho de Administração da Wynn Resorts de 2006

¹⁵ As três empresas vencedoras do concurso para a concessão das três licenças de jogo foram a *SJM-Sociedade do Jogo de Macau* (do grupo *STDM*, de Stanley Ho, que tinha sido a monopolista dos jogos desde 1962), a *Wynn Resort*, de Las Vegas, e a *Galaxy Holdings*, com capitais Hong Kong. Os investimentos a que se obrigaram no contexto dos respectivos contratos de concessão foram de, respectivamente, 4,7 mil milhões de MOP, 4 mil milhões e 8,8 mil milhões (as duas últimas deverão efectuar os seus investimentos no prazo de 7 anos).



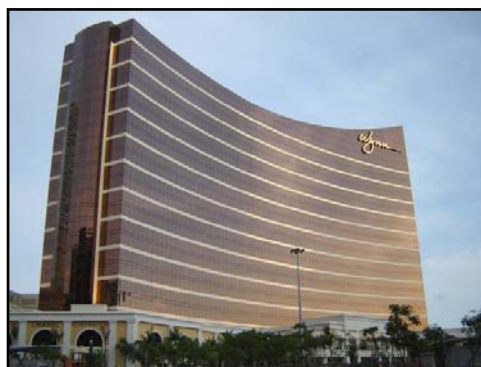
Um dos casinos instalados em Macau depois da abertura do mercado, o *Sands*, tornou-se na época da sua inauguração (Maio de 2004) o maior casino do mundo relativamente ao número de máquinas e de mesas disponíveis para jogar, inaugurando assim uma época de abertura de verdadeiros mega-projectos.

A sua rentabilidade atingiu tais níveis que os seus proprietários (a empresa americana *Las Vegas Sands*), que tinham estimado um período de 5-7 anos para recuperarem o investimento, viram este amortizado ao fim de cerca de ... um ano e meio.



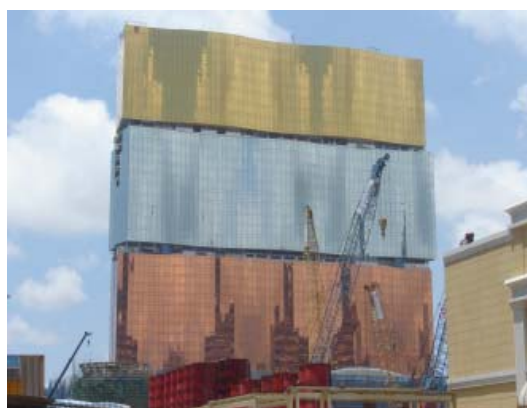
Aquando da sua inauguração este casino veio juntar-se a outros já existentes como o "patriarca" "Casino Lisboa", do grupo STDM, inaugurado em 1970.

Entretanto e desde então foram sendo inaugurados ao longo do tempo outros grandes casinos. De entre eles refiram-se, todos na mesma zona (Praça Ferreira do Amaral, da cidade de Macau), o *Wynn* (foto à direita) e, à esquerda do "Casino Lisboa", o *Grand Lisboa*, do grupo SJM (vd. fotos abaixo).





Não muito longe desta a zona estão a funcionar mais dois grandes casinos --- sempre associados com hotéis de muitas estrelas ---, nomeadamente o *Galaxy StarWorld* (em baixo à esquerda) e o *MGM Grand* (inaugurado em Dezembro/2007; em baixo, à direita).



Todos estes casinos constituem uma zona que alguns apelidaram de “Macau Strip”, ao longo da Av^a da Amizade, que limita a norte os NAPE-Novos Aterros do Porto Exterior.



4 casinos “de enfiada” na “Macau Strip”: falta um quinto grande casino-hotel, o *Galaxy StarWorld*, à esquerda do *Wynn* e na foto encoberto pelo *Grand Lisboa*

Simultaneamente com o “redesenhar” desta zona, outra está em pleno desenvolvimento: o COTAI, o aterro entre as ilhas da Taipa e de Coloane e que foi baptizado de COTAI (de COloane e TAIpa). Este aterro contribuiu para o aumento da área da RAEM dos cerca de 22 kms² de há alguns atrás para os actuais 27,3 kms².

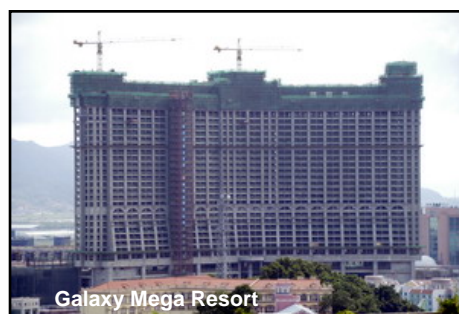
Nele estão instaladas ou a instalar-se algumas das maiores infraestruturas hoteleiras de Macau, sempre com casinos associados. O total dos investimentos nesta zona está estimado entre 5 e 10 mil milhões de USD, devendo os vários hotéis a construir totalizar cerca de 60 mil quartos.

No COTAI estão o *Venetian Resort* --- inaugurado em Agost/2007 com 3000 quartos e uma área dedicada ao jogo que é tripla da destinada a esse fim no *Sands Macau* --- e o *Galaxy Mega Resort*, em adiantado estado de construção está a *City of Dreams*. O hotel-casino *Crown* está já em funcionamento na ilha da Taipa)¹⁶.

O novo Macau

Casino <i>Sands</i>	2004
Casino Galaxy Waldo	2004
Casino Wynn	2006
Casino Grand Lisboa	2006
Casino Galaxy StarWorld	2006
Casino/Hotel Venetian	2007
Casino Galaxy Cotai	2008
Casino MGM Macau	2007
Casino Park Hyatt	2007
Ponte Sai Van	2004
Pavilhão Desportivo	2005
Porto de Pescadores	2005
“Ponte 16”	2007

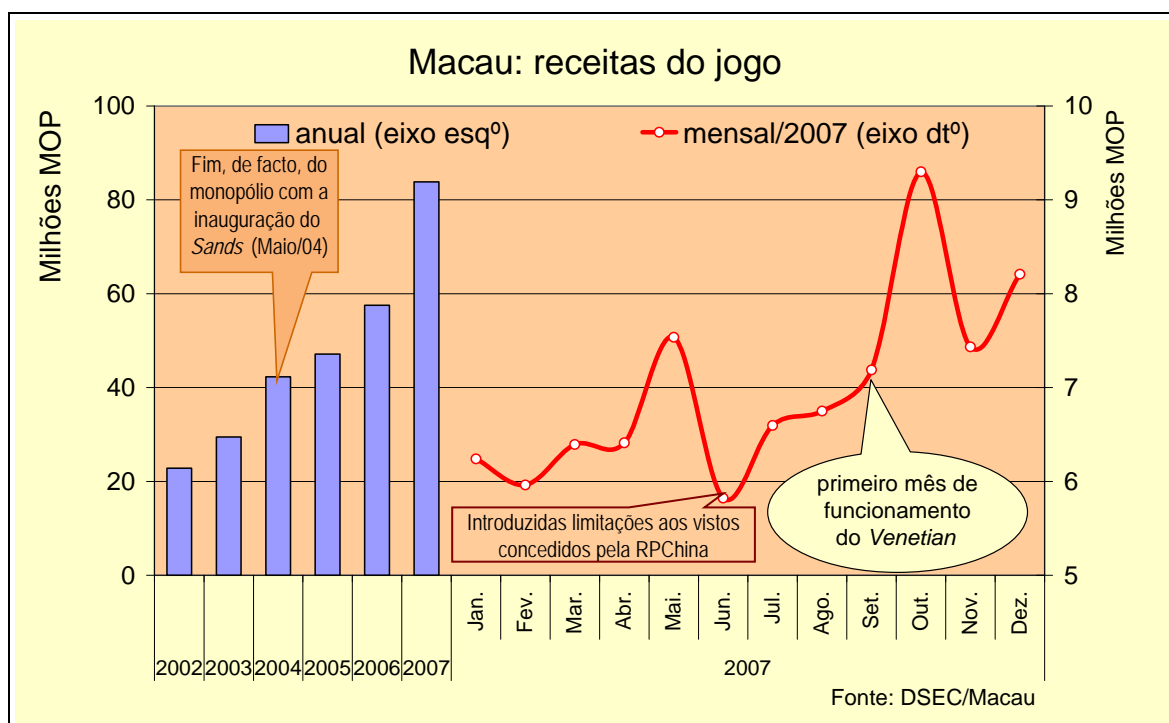
Fonte: WELKER, Jennifer *The new Macau*, China-Link Publishing (Macau), 2005, pg 19 (actualizado)



¹⁶ Alguns dos entrevistados para este trabalho referiram que preferiam que se tivesse evitado alterar tanto a fisionomia e o modo de vida de Macau-península, optando por uma escala mais reduzida de investimentos em casinos-hotéis que deveriam ser instalados apenas (?) no COTAI.



O fim do monopólio do jogo trouxe consigo, adivinhava-se, uma verdadeira “explosão” das suas receitas.



Naturalmente, as quotas de mercado começaram também a alterar-se desde o momento em que foi inaugurado o primeiro casino da nova era (o *Sands*, em Maio de 2004), entrando ao até aí a empresa monopolista numa rota, esperada, de redução da sua quota (dos 100% do início de 2004 passou aos 77, 71 e 47% no início (Janeiro) de 2005, de 2006 e de 2007).

O *Sands*, por sua vez, tinha uma quota de 12% em Jan/2005, tendo a sua quota de mercado estabilizado (pelo menos até agora) nos cerca de 20% de Janeiro de 2006 e de 2007. Repare-se que esta quota baixou ligeiramente recentemente para os 18% na sequência dos ganhos de quota que o grupo *Galaxy* tem vindo a conseguir: 11% em Janeiro/2005, 9% um ano depois e mais do dobro (21%) durante o primeiro semestre de 2007.

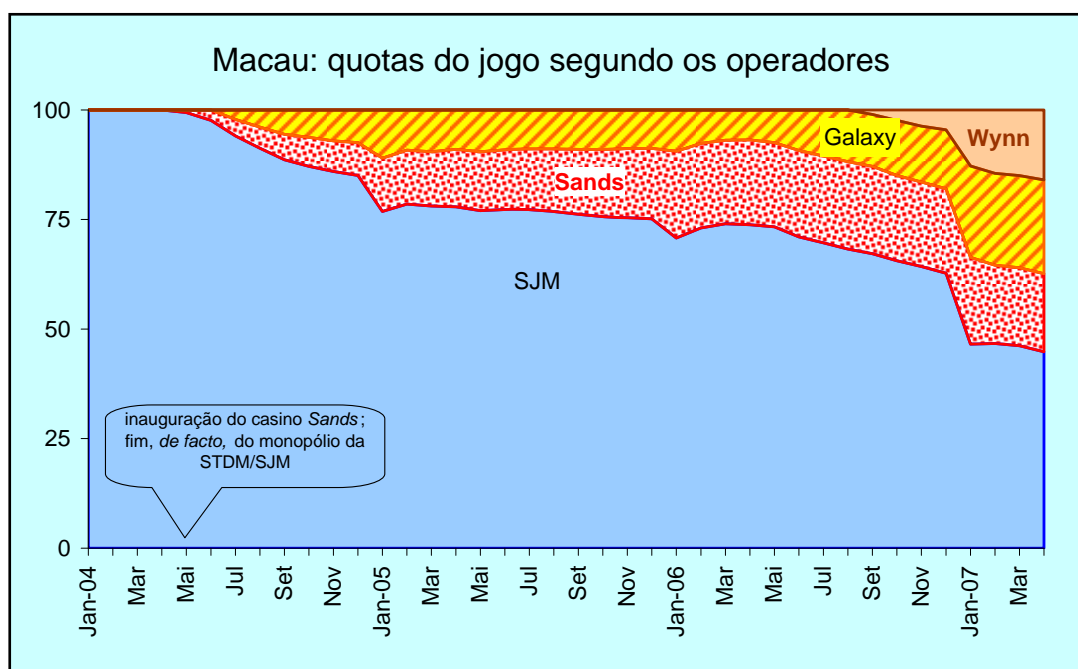
O *Wynn*, casino pertencente a uma das empresas americanas de Las Vegas, foi inaugurado em Setembro/2006 e tem (meio de 2007) uma quota de mercado de cerca de 16%.

Finalmente, em 2007 iniciaram a sua actividade dois outros grandes casinos: o *Venetian*, no COTAI --- actualmente o maior casino do mundo com cerca de 850 mesas e 3400 (!) máquinas (*slot machines*) --- e, já no final do ano, o *MGM Grand* (350 mesas e 1000 máquinas), da associação entre o grupo MGM e Pansy Ho, a filha de Stanley Ho, da SJM.

Número de casinos em Macau desde 2002-2007									
CONCESSIONÁRIA	Fim 'de jure' do monopólio	2003*	Fim, 'de facto', do monopólio	2005*	2006*	2007*			
	2002*		2004*			1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
S.J.M.	11	11	13	15	17	18	18	18	18
Galaxy Casino	-	-	1**	1	5	5	5	5	5
Venetian Macau	-	-	1***	1	1	1	1	2	2
Wynn Resorts (Macau)	-	-	-	-	1	1	1	1	1
Melco PBL Jogos (Macau)	-	-	-	-	-	-	1	1	1
MGM Grand Paradise	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	11	11	15	17	24	25	26	27	28

* fim do ano ou do trimestre, conforme os casos ** Waldo *** Sands

Fonte: Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos de Macau (<http://www.dicj.gov.mo/PT/index.htm>)



De quanto fica dito relativamente à evolução da indústria do jogo em Macau desde a transferência de administração (1999) parece evidente que a estratégia seguida pelas novas autoridades não se afasta radicalmente da que tinha sido prosseguida pela administração portuguesa --- ou da que, sob a sua vigência, resultaria “naturalmente” do fim do monopólio do jogo.

A diferença está essencial mas não exclusivamente no “grau” em que ela foi adoptada¹⁷, mais do que no “tipo” de estratégia prosseguida embora esta seja agora baseada não exclusivamente no jogo mas também em outras actividades turísticas que são vistas como seus complementos, como é o caso das diversões e da realização de grandes convenções internacionais.

Número de mesas e de máquinas de jogos desde 2002 (fim do monopólio)									
	2002*	2003*	2004*	2005*	2006*	2007*			
						1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Mesas de Jogos	339	424	1.092	1.388	2.762	2.970	3.102	3.992	4.375
Máquinas de Jogos	808	814	2.254	3.421	6.546	7.349	8.234	11.510	13.267

* fim do ano ou do trimestre, conforme os casos

Fonte: Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos de Macau (<http://www.dicj.gov.mo/PT/index.htm>)

Apesar do que dizemos acima reconhecemos, no entanto, que aquela diferença de *grau*, de tão grande, resulta no que se poderá considerar como sendo também uma mudança de *tipo* de estratégia.

O modelo adoptado passa a ser mais de “Turismo & Diversões” (incluindo o jogo e organização de convenções) e os grandes projectos hoteleiros e de casinos contemplam, no essencial, esta dupla dimensão. De parte ficaram quaisquer reservas em relação ao papel do jogo na economia e na sociedade facilitado pelo final do monopólio. Abandonada de vez parece ser a tentativa, que caracterizou a certa altura a estratégia “portuguesa”, de procurar uma diversificação da estrutura económica assegurando um papel minimamente importante à indústria, particularmente a de maior conteúdo de conhecimentos.

Se diversificação houve foi dentro do sector que genericamente designamos como de turismo e limitou-se àquela ênfase complementar (do jogo) nas diversões e no comércio de consumo de bens de gama alta, principalmente marcas de vestuário e calçado de *griffe*. Recorde-se que esta evolução seria, em parte --- menos no grau, provavelmente ---, a que surgiria como que “naturalmente” na sequência do fim do monopólio do jogo.

Veremos como a estratégia adoptada resulta na prática pois parece existirem alguns sinais de que está a haver alguma dificuldade na sua efectiva “descolagem”, grupos havendo que estão a reforçar a componente “jogo” e a diminuir --- ou a adiar? -- - a importância colocada na realização das actividades paralelas (diversão) por o

¹⁷ No final do monopólio do jogo, em 2002, o número de mesas era de 339 e o de *slot machines* de 808; no final de 2007 eram 4.375 e 13,3 mil, respectivamente

mercado não estar a reagir como seria esperado --- talvez com a excepção da dinamização do comércio de marcas internacionalmente conhecidas e de gama alta¹⁸.

Note-se que a diferença de “grau” --- “mais do mesmo” ou, até, “*muito* mais do mesmo” ---, no fundo a grande diferença em relação ao passado e à evolução (tendencialmente) natural após o fim do monopólio do jogo, só estava, na verdade, ao alcance das autoridades chinesas já que elas é que detêm o controlo da “torneira” dos fluxos turísticos da principal fornecedora de visitantes de Macau, a China Continental¹⁹, principal atractivo dos investidores estrangeiros na RAEM.

Por isso só as autoridades chinesas (do Continente e de Macau) /macaenses poderiam, como fizeram, adoptar uma política, enquadrada em opções ao nível nacional e não apenas local e/ou regional, de transformar Macau no que se está a tornar: o “Casino Macau”, onde toda a China --- quiçá boa parte da Ásia oriental --- vai fazer uma das coisas de que mais gosta: desafiar a sorte jogando!

Esta via --- ou, pelo menos a sua escala --- estava, pela natureza das coisas, vedada à administração portuguesa.

Dito isto, há lugar a fazer aqui uma ressalva: a de que as autoridades de Macau e, principalmente, os principais investidores na indústria do jogo --- particularmente os que têm a sua base em Las Vegas --- têm, aparentemente, uma visão muito mais ampla do seu mercado potencial. Ele não se restringe à China Popular, antes se estendendo a toda a Ásia Oriental (do Japão a Singapura²⁰ e Indonésia) e, mesmo, outras zonas do globo que se poderão sentir atraídas por esta “Las Vegas do Oriente”.

Despesas públicas totais (mil MOP)		Tx. Cresc. %
1998	15.505.724	
1999	16.636.176	+7,3
2000	15.024.270	-9,7
2001	15.220.788	+1,3
2002	13.486.946	-11,4
2003	15.712.968	+16,5
2004	17.703.006	+12,7
2005	21.184.258	+19,7
2006	27.349.800	+29,1

Despesas públicas de capital (milhão MOP)		
		TxCresc%
1998	1.595	
1999	1.122	-30
2000	865	-23
2001	1.119	29
2002	1.556	39
2003	2.720	75
2004	3.917	44
2005	4.540	16
2006	4.753	4,7

¹⁸ Mais adiante dizemos algo sobre um aspecto essencial de qualquer balanço da aplicação da nova estratégia: o de alguns custos que ela está a ter para alguns grupos da população

¹⁹ Esta capacidade de “manipular o manípulo” da “torneira” dos fluxos turísticos tem como consequência que o turismo de Macau está, em parte, dependente das decisões de Pequim quanto à quantidade e qualidade de turistas deixar passar para a RAEM. Isso mesmo ficou recentemente (Junho/2007) demonstrado com a alteração, num sentido mais restritivo, da política de concessão de vistos para visitar Macau. Voltaremos adiante ao assunto

²⁰ Provavelmente espicaçados pelo sucesso de Macau enquanto destino de jogadores e tendo em consideração a realidade cultural de parte significativa da Ásia Oriental (incluindo o Sudeste Asiático), Singapura acabou recentemente com a proibição de instalação de casinos no seu território. Outros países da região, como a Coreia e Taiwan e, mesmo, o Japão estão a reconsiderar as suas opções quanto à proibição do jogo.

Esta transformação de Macau no “casino da Ásia” não dispensa, antes reforça, uma outra vertente do desenvolvimento no tempo da administração portuguesa e que parece continuar na actualidade: a de construção de grandes infraestruturas de apoio ao referido desenvolvimento (pontes, reordenamento urbano, COTAI) e que exigem, nomeadamente, um aumento significativo das despesas públicas, particularmente de capital. Estas, que no final da administração portuguesa representavam 8,5% dos gastos totais, representaram cerca de 21,6%, em média, no biénio 2004-05.

Note-se, porém, que o período 1998-99 não será representativo do período de maiores investimentos em Macau pela administração portuguesa por a maior parte deles já estar então concluída.

Uma outra diferença em relação ao período de administração portuguesa é o facto de agora, apesar dos significativos investimentos públicos, o investimento determinante ser o privado para construção dos grandes hotéis, casinos e espaços de diversão.

As despesas públicas, particularmente as de capital, foram financiadas essencialmente com recurso às receitas resultantes da tributação do jogo.

Esta, particularmente depois de revisto o regime de exploração do mesmo --- fim do monopólio de 40 anos da STDM em 2002 --- viu os seus valores aumentarem significativamente, mais que duplicando entre 2002 e 2005. Notem-se, particularmente, os grandes acréscimos registados em 2003 (início do novo regime de exploração do jogo) e em 2004, ano do início da exploração do *Sands*, à época o maior casino do mundo.

Receitas públicas (milhões MOP)					
(1)	Total (2)	Impostos directos sobre o jogo (3)	% (3)/(2) (4)	Taxa de cresc. das receitas totais (%) (5)	Taxa cresc. Rec. Jogo (%) (6)
2002	15.227				
2003	18.370			21	
2004	23.864	14.740	62	30	
2005	28.201	16.552	59	18	12
2006	37.189	19.789	53	32	20
2007 (Jan-Nov)	37.401	26.680	71	0,6	35

Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças da RAEM

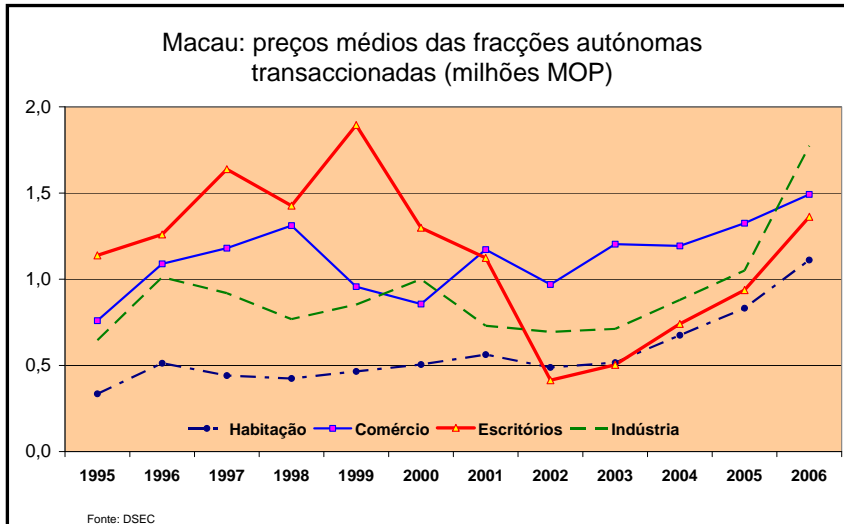
A importância relativa destas receitas no conjunto das receitas do Estado também aumentou, passando dos 51% de 2002 para os 62%, 59% e 53% de 2004 a 2006. Isto traduz um aumento da dependência das finanças públicas de Macau em relação às receitas da tributação dos “jogos de fortuna e azar”.

A estratégia adoptada e, principalmente, a escala em que está a ser implementada, não deixa de ter os seus perigos.

Um deles é o facto de a intensidade do fluxo turístico a que o pequeno território de Macau está sujeito actualmente (cerca de 27 milhões em 2007, equivalentes a 74 mil pessoas/dia), cerca do triplo de 1999, estar a alterar o modo (e a qualidade) de vida dos residentes de Macau macaenses devido à pressão demográfica que se está a exercer e à

dificuldade em as infraestruturas da cidade corresponderem ao esforço que se lhes está a exigir.

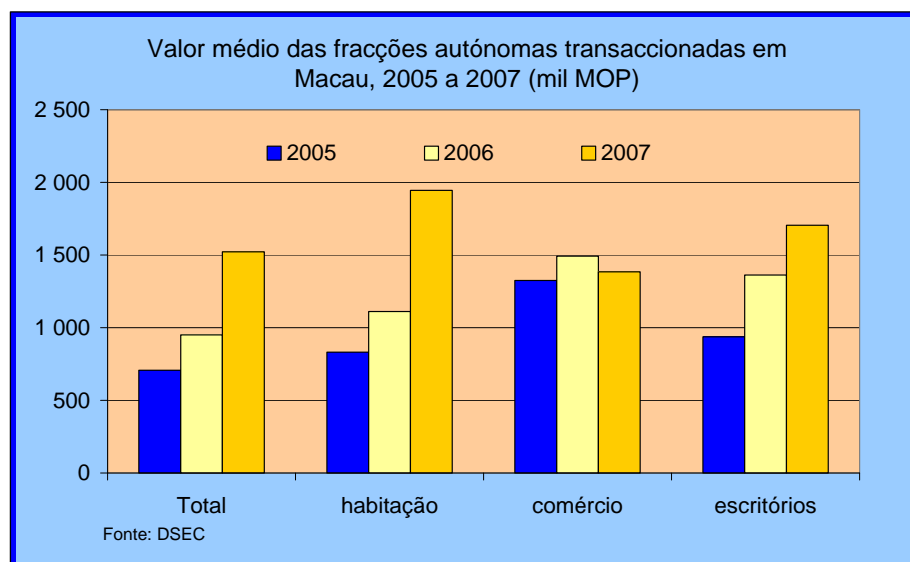
Outro elemento que tem de ser considerado como um custo é a pressão que está a verificar-se ao nível dos preços em geral e das rendas, quer de habitação quer do comércio, em particular.



O sucesso económico da RAEM está a atrair investimentos no imobiliário com origem no exterior, particularmente da vizinha Hong Kong mas também do Continente. Isso está a fazer aumentar o preço por metro quadrado das construções vendidas,

o que acaba por se reflectir na renda pedida pelos novos proprietários.

Os antigos acompanham este movimento ao recusarem-se a estabelecer contratos de arrendamento por um período superior a um ano (ou, mesmo, seis meses), findo o qual podem fixar o novo valor da renda sem quaisquer limitações.



Esta subida do preço do imobiliário --- quer do novo quer do usado, sendo que este, por mais barato, está a ter uma procura excepcional que se reflecte no seu encarecimento mais que proporcional --- foi especialmente nítida em 2004 e 2005.

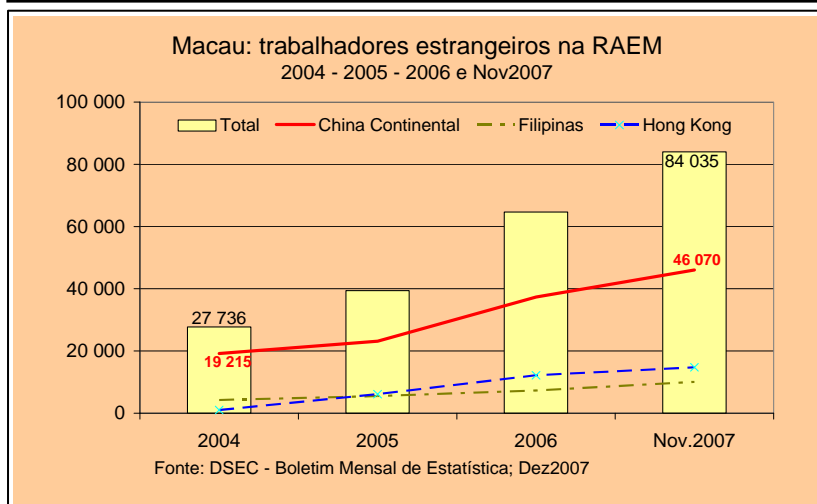
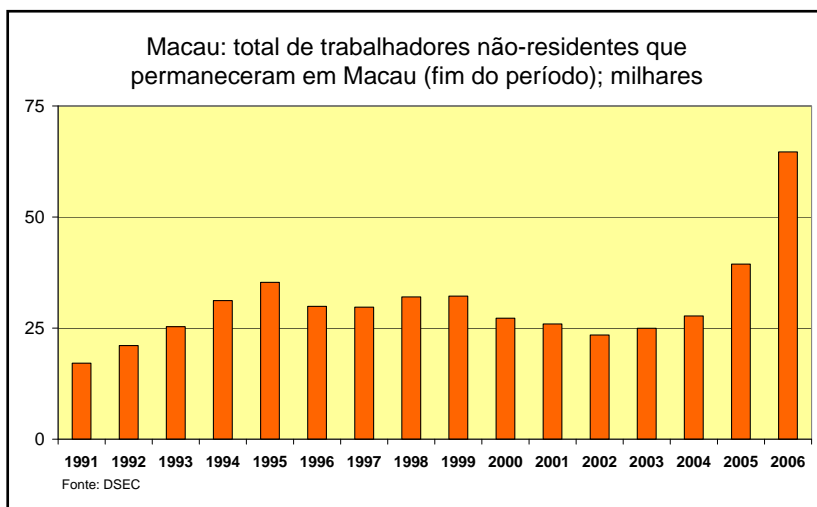
Ela tem como consequência, ao nível individual, que já há pessoas que estão a adquirir habitações no outro lado das "Portas do Cerco", em Gongbei/Zhuhai, assim

contribuindo para, no seu movimento diário casa-emprego-casa, inflacionar algo artificialmente os números dos visitantes por via terrestre.

No comércio, principalmente no pequeno, esta subida dos preços reflecte-se num encerramento de várias lojas e numa grande rotação de ocupantes dos espaços comerciais --- por incapacidade de pagamento das rendas --- mas também na manutenção de muitos deles encerrados e com letreiros à porta anunciando a sua disponibilidade para alugar.

As subidas das rendas estarão a contribuir para empurrar os salários para cima --- numa relação circular causa-efeito-causa --- mas não se estarão a fazer repercutir completamente no índice de preços e, por isso, na taxa de inflação porque a estrutura do consumo adoptada para os cálculos está, aparentemente, algo desactualizada, correspondendo a um período em que não existia a “bolha” imobiliária que se está a verificar e em que, por isso, os encargos com a habitação eram proporcionalmente mais baixos.

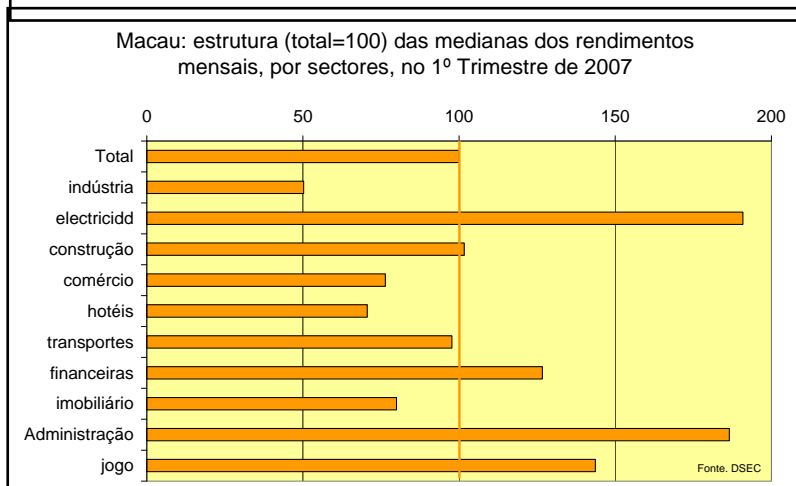
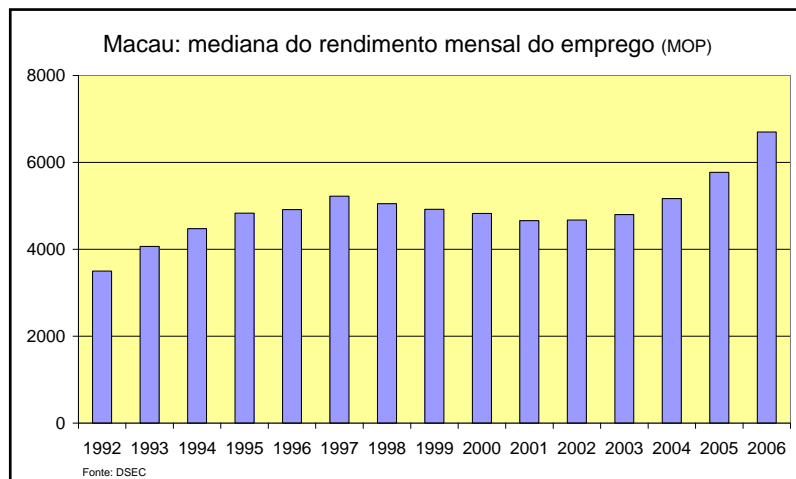
A tendência ao aumento desta “bolha” é outro dos custos do actual rápido surto de crescimento de Macau. Ela deve ser mantida sob vigilância estrita já que é sabido, pela experiência do passado --- quer de Macau quer do conjunto da Ásia Oriental no contexto da crise asiática de 1997-98 ---, que este tipo de situações tendem, mais cedo ou mais tarde, a “rebenar nas mãos” dos decisores de política económica e, principalmente, dos agentes económicos.



Um outro aspecto que merece referência aqui é a situação que se verifica actualmente no mercado de trabalho da RAEM. Apesar de a taxa de desemprego se situar nos cerca de 3%, esta é considerada quase como incompressível e, por isso, correspondendo à situação de pleno emprego. Por isso tornou-se (e torna-se...) necessário recorrer a mão-de-obra não residente e com origem quer na China Continental --- particularmente para o sector da construção civil e para as obras públicas em curso (até cerca de 2011/12 --- quer de outros países da

região, como as Filipinas e a Malásia (devido ao conhecimento de inglês para trabalhar nos casinos-hotéis) mas também a Indonésia.

Esta população era, em Dezembro/07, de cerca de 85,2 mil pessoas, quando um ano antes era de 64 mil (um aumento de 35%). A maior parte veio, como seria de esperar, da China Continental (+30%); os filipinos viram o seu número aumentar 50%.



Estes movimentos de imigração fizeram a população total crescer a taxas que em 2005 foram de 4,7% e em 2006 de 6%.

O final do ciclo de construção dos casinos-hotéis (algures em 2010-11) não deixará de trazer problemas para encontrar empregos alternativos aos dispensados deste tipo de trabalho. Ora, se muitos deles (talvez cerca de 30-40 mil) são trabalhadores do Continente chinês chineses com visto temporário de trabalho (há muitos ilegais) e que regressarão (?) às suas terras de origem uma vez dispensados, o problema do desemprego pode vir a colocar-se a muitos dos

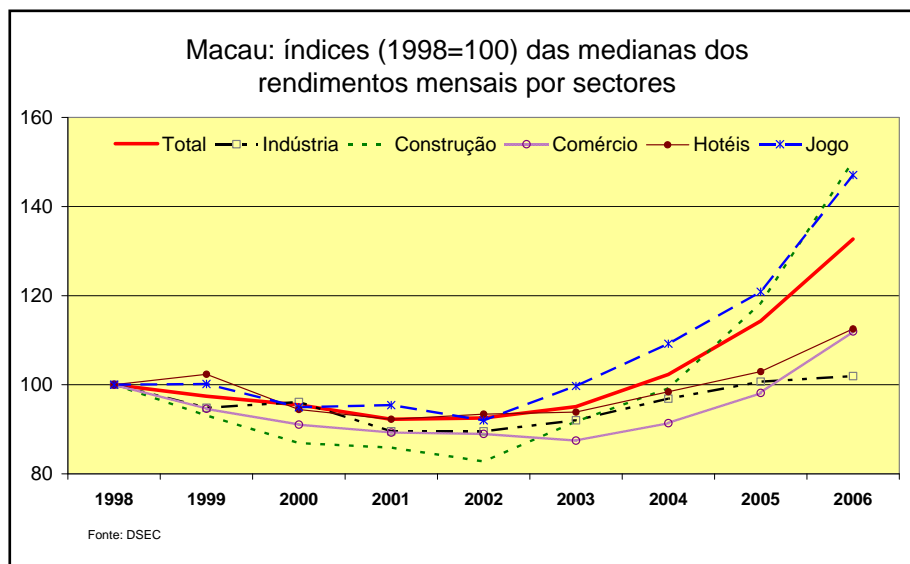
trabalhadores residentes habituais em Macau. Onde (em que sectores?) criar empregos para estas pessoas sendo certo que muitas delas, pelas suas (fracas) qualificações não têm possibilidade de encontrar emprego nos sectores em expansão (casinos, hotéis, parques de diversões)?

Talvez porque o problema não se coloca de imediato não há sinais evidentes de as autoridades estarem a preparar o pós-*boom* da construção (e do crescimento em geral).

Por outro lado, a escassez de mão de obra existente para trabalhar nos sectores em expansão está a exercer alguma pressão para os jovens deixarem prematuramente o sistema de ensino, procurando (e encontrando facilmente) emprego nos muitos casinos e hotéis existentes como *croupiers*²¹ ou noutras funções que exijam apenas qualificações médias.

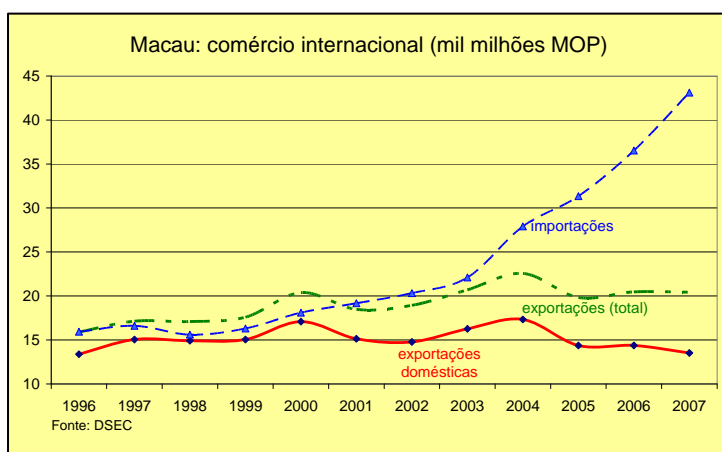
²¹ Constam das notícias dos jornais casos de jovens que, habituados a desempenhar a profissão de croupier num casino, sentem a vertigem do jogo e não resistem à tentação de "passar para o lado de lá" das mesas de jogo. Alguns destes casos resultaram em suicídios devido aos problemas financeiros em que se meteram ---

Além disso o facto de o mercado de trabalho estar sob grandes pressões tem-se reflectido no aumento dos níveis salariais. Este é particularmente nítido nos últimos anos e nos sectores actualmente mais dinâmicos na economia da RAEM: os do jogo e da construção civil.



Outros aspectos relevantes da economia da RAEM

O comércio internacional



Tradicionalmente o comércio internacional de um país é composto pelas duas componentes da balança comercial: as exportações e as importações.

Tendo em consideração o facto de Macau ter desempenhado historicamente

o papel de "janela" da China nas suas relações com o mundo exterior --- a "porta" era Hong Kong ---, vale a pena, ainda hoje, distinguir, nas exportações --- as únicas para as quais há informação ---, dois agregados: as exportações totais e as exportações domésticas. As primeiras incluem produtos *made in Macau* exportados para o Mundo e para a própria China Continental mas também produtos importados por Macau mas que

a eles e às suas famílias. Os salários relativamente "generosos" --- comparativamente com os seus encargos usuais --- que auferem têm facilitado esta evolução.

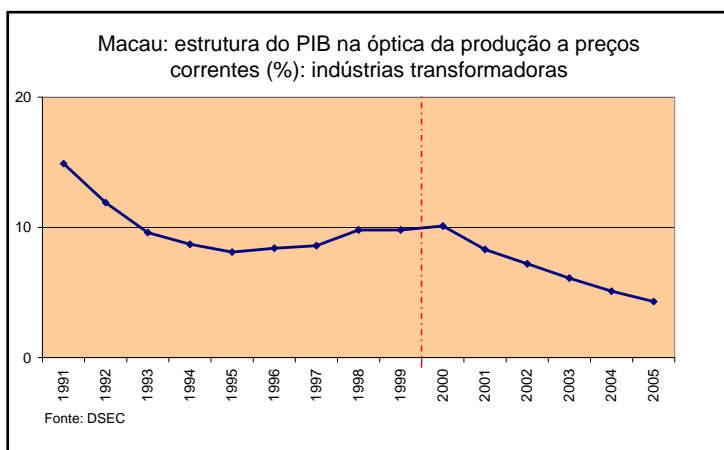
acabam sendo (re-)exportados para a “mãe-pátria”. Nos últimos três anos (2005 a 2007) a média destas tem sido de cerca de 2800 mil milhões MOP, enquanto que para Hong Kong seguem mercadorias que em 2005 totalizavam 1550 milhões e em 2007 2075 mil milhões --- em parte devido à crescente utilização do porto de Macau como alternativa ao de Hong Kong, caro e superlotado.

Interessam-nos principalmente a evolução das importações (totais) e das exportações domésticas.

Quanto às primeiras, é notória a quase “explosão” que têm conhecido desde a transferência da administração e, principalmente, desde a retoma económica de 2003 e 2004, quando o surto de construção (nomeadamente de hotéis e casinos mas não só) em Macau, o aumento da população e o aumento dos rendimentos se conjugaram para provocar um rápido crescimento das importações (mais que duplicaram entre 2002 e 2007).

Quanto às exportações domésticas é de notar a relativa estabilidade, com tendência à diminuição, que têm conhecido, com os valores actuais a igualarem sensivelmente os verificados no final da administração portuguesa.

Este é um indicador importante que confirma a opção identificada atrás de dar



cada vez menos importância relativa à produção industrial -- e que o mais ou menos evidente falhanço do Parque (industrial) Transfronteiriço de Macau-Zhuhai só veio confirmar. Especialmente relevante é o facto de os valores das exportações domésticas estarem, nos últimos tempos, em nítida queda devido à diminuição da produção da

indústria transformadora da região, dominada em quase 90% pela produção de vestuário (88% em 2006), quase integralmente exportada.

Cerca de 60% das exportações domésticas destinam-se hoje aos Estados Unidos (quase 11 mil milhões MOP em 2004 e 8,2 mil milhões MOP em 2007) e ¼ à União Europeia (4,8 mil milhões em 2004 e um pouco menos de 3,5 mil milhões em 2007)²².

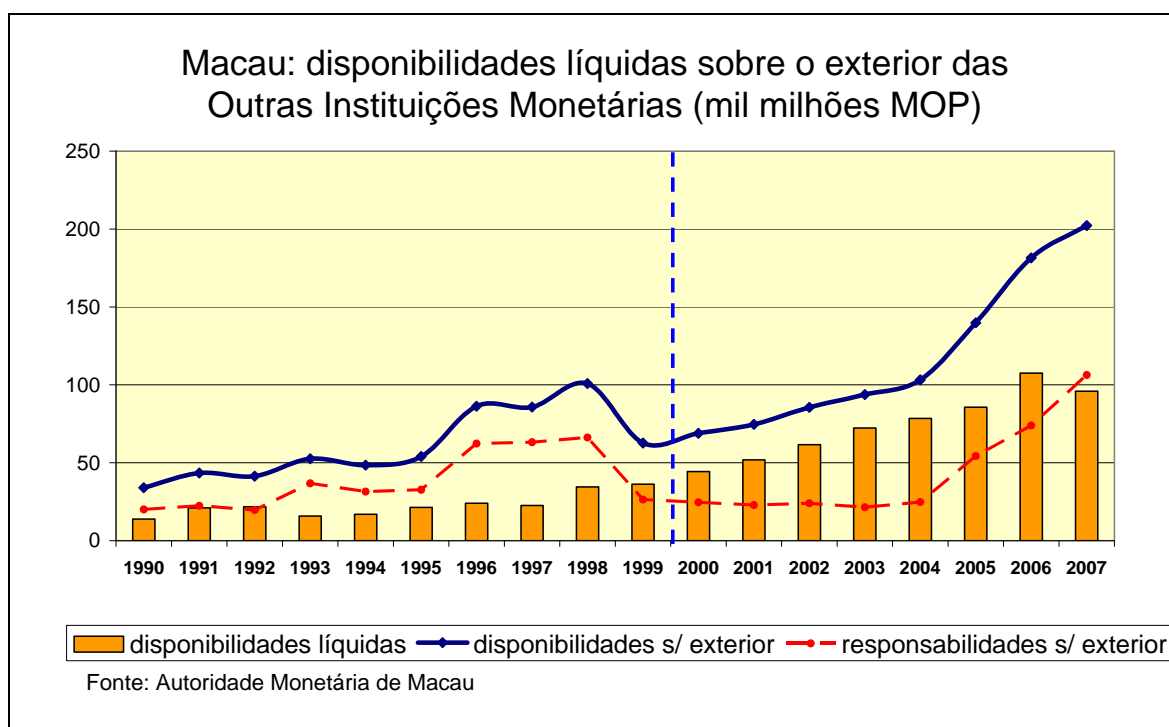
As perspectivas de evolução das exportações, tal como percebidas pelos industriais, estão longe de ser satisfatórias, como se pode verificar pelo quadro abaixo divulgado pela DSEC reproduzindo informação recolhida por inquérito pela Direcção dos Serviços de Economia:

²² A fonte destas informações estatísticas é a DSEC

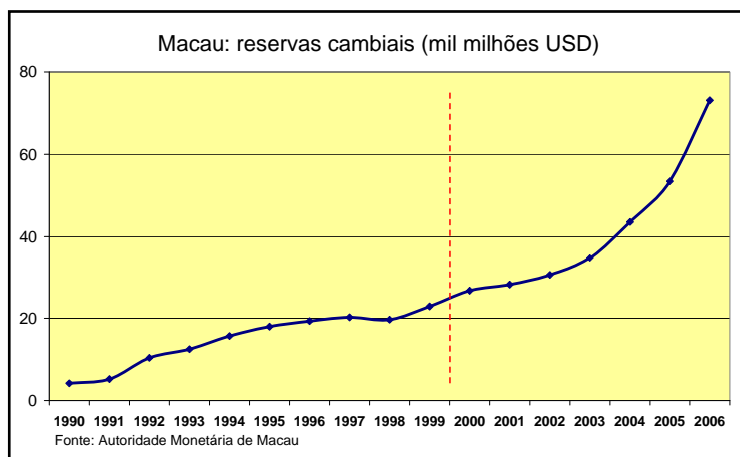
EXPECTATIVAS DO COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO SECTOR INDUSTRIAL NOS PRÓXIMOS SEIS MESES (%)					
	2006	2006	2006	2006	2007
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT
Indústrias inquiridas					
Forte aumento	12,8	10,9	7,5	5,4	9,6
Ligeiro aumento	38,8	31,0	25,2	19,3	20,9
Estagnação	34,6	40,2	47,1	50,5	47,6
Ligeira diminuição	8,5	13,2	15,5	17,0	14,4
Forte diminuição	5,3	4,7	4,6	7,8	7,5

Balança de Pagamentos

A Balança de Pagamentos de Macau reflecte a evolução muito satisfatória da economia, apesar de a balança comercial ser, como vimos, fortemente negativa.



As disponibilidades líquidas sobre o exterior foram sempre confortáveis ao longo do tempo mas o gráfico acima demonstra que desde o *handover* e graças à melhoria da situação económica, particularmente a partir de 2003-2004, as disponibilidades líquidas sobre o exterior das Outras Instituições Monetárias subiram significativamente.



Por outro lado e correspondendo a esta evolução, as reservas cambiais de Macau também conheceram uma importante melhoria desde aquele biénio. Note-se, porém, que elas sempre aumentaram ao longo da última década da administração portuguesa, excepção feita ao ano de 1998, em que a crise asiática da

época não deixou de se reflectir nas reservas do então "Território".

Estas reservas podem ser comparadas com as importações de Macau para determinar qual a percentagem destas que eram cobertas por aquelas. Note-se, porém, que o facto de Macau desempenhar também o papel de "transitário" entre o mundo exterior e a China reduz a importância deste indicador já que, das importações, uma parte se destina à China Continental. Recordado este facto, repare-se que o rácio entre as reservas e as importações teve um crescimento relativamente rápido ao longo da última década da administração portuguesa, tendo quase estagnado nos cerca de 18-19% desde 1999 até 2004, quando recomeçou a crescer rapidamente.

O rácio diz-nos que as reservas existentes em 2006 cobriam 25% das importações desse ano, o que significa, medindo em meses de importação, que as reservas existentes permitiam assegurar a cobertura de 3 meses de importações --- das quais, como dissemos, parte acabam por ser encaminhadas para a China Continental.

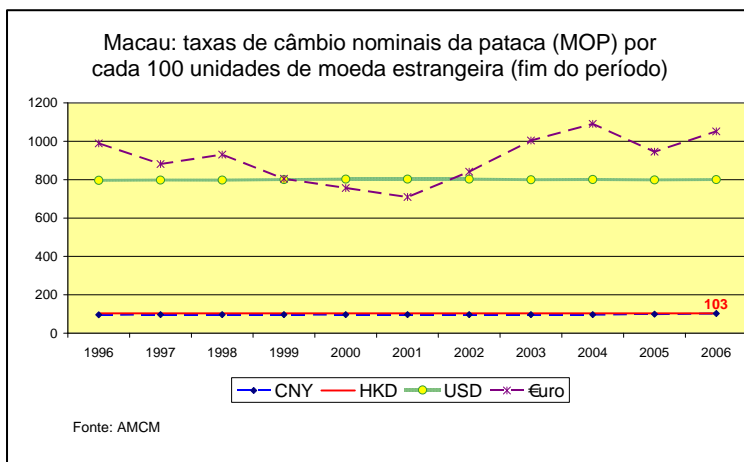
Este é um rácio que se pode dizer que coloca Macau a coberto de surpresas no domínio da sua solvabilidade externa --- nomeadamente se tivermos também em atenção as disponibilidades líquidas sobre o exterior das OIM já apresentadas graficamente acima. Há, no entanto, países e territórios com uma situação bem mais confortável. O previsível abrandamento do ritmo de importações dentro de 2-3 anos, quando a fase mais aguda de construção dos hotéis e casinos se aproximar do seu fim, permitirá, certamente, uma melhoria ainda maior deste rácio.

Taxa de câmbio

Ligada ao escudo português até 1976, a pataca²³ (MOP) veio a ligar-se a uma taxa fixa ao dólar de Hong Kong (HKD) no final da década de '70 do século passado. Como se refere no *site* da AMCM, a actual Autoridade Monetária de Macau,

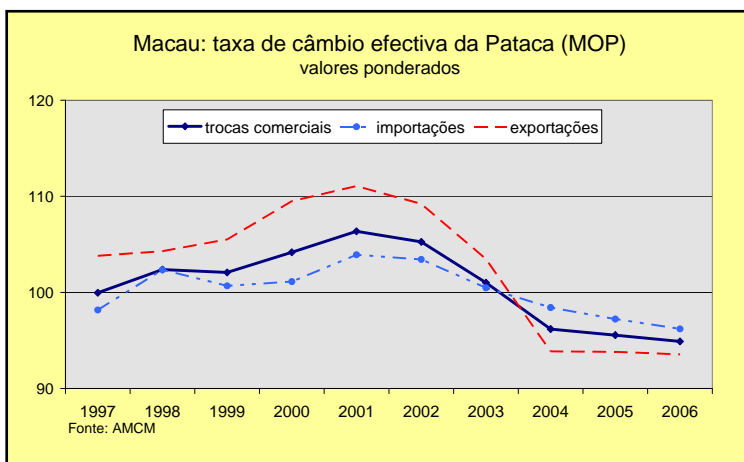
²³ A pataca (MOP) é a moeda legal emitida em Macau há mais de um século. Em 1905 o Governo de Macau atribuiu o direito de exclusividade da emissão de notas em patacas ao Banco Nacional Ultramarino (BNU). Pelos acordos que asseguraram o regresso da administração do "Território" à China o Banco da China foi autorizado, também ele, a emitir patacas. A denominação "pataca" deriva de uma moeda em prata que circulava na Ásia, oito reais mexicanos, conhecida pelo nome de pataca mexicana. Vd *site* da Autoridade Monetária de Macau (www.amcm.gov.mo)

“Pelo sistema de indexação cambial existente, a emissão de patacas está completamente coberta por reservas em moeda externa. Os bancos emissores têm de entregar na AMCM, um montante equivalente em dólares de Hong Kong, à taxa de HKD1=MOP1.03, contra a aquisição de certificados de dívida não remunerados, que servem de cobertura legal à emissão de notas. Com uma cobertura a 100%, a AMCM assegura a plena convertibilidade da pataca na moeda de reserva, isto é, em dólares de Hong Kong, tendo as duas moedas uma relação cambial fixa. Por outro lado, como o dólar de Hong Kong se encontra indexado ao dólar norte americano (USD), a pataca acaba por estar indirectamente ligada ao dólar norte americano, a uma taxa de cerca USD 1=MOP 8.”



Isto significa que o regime cambial de Macau se assemelha ao de Hong Kong: o de um *currency board*.

O resultado prático é que as autoridades cambiais não têm a possibilidade de utilizarem a política cambial para ajudarem a regular a economia, particularmente as suas relações económicas (e financeiras) externas.



Nesta época de taxas de câmbio que, na sua maioria, são flexíveis --- ainda que, na maior parte dos casos, com uma flexibilidade mais ou menos “condicionada” --- o importante é acompanhar a evolução da taxa de câmbio efectiva, de preferência a taxa de câmbio (ou, melhor, o índice de taxa de câmbio) efectiva real.

No caso de Macau e depois de uma fase posterior à crise de 1997 em que, como quase todas as moedas da região, se desvalorizou, tem conhecido nos últimos anos uma apreciação que não facilita as exportações.

Por outro lado, a subida recente da taxa de inflação faz antever uma ainda maior apreciação real da moeda que dificulta ainda mais as exportações e constitui incentivo para as importações.

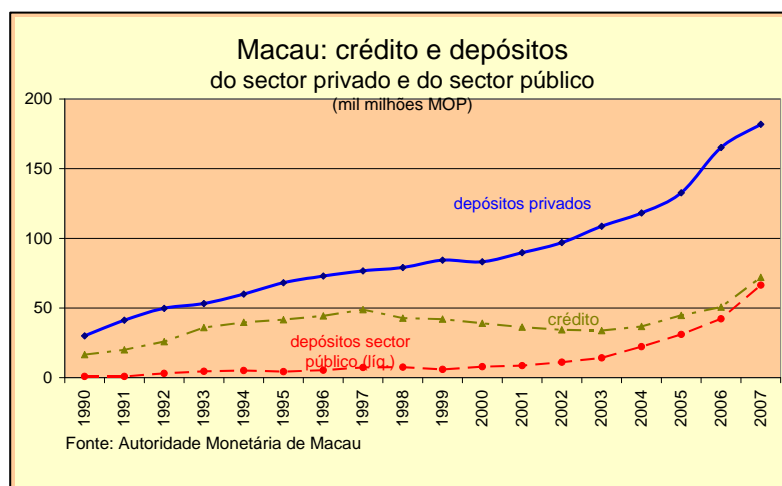
Assim sendo, parte (embora a menos importante) do comportamento das relações comerciais externas de Macau referidas acima pode ser explicado por esta evolução da taxa de câmbio.

Moeda, crédito e taxa de juro

Indo ao encontro e ajudando a proporcionar o rápido crescimento da economia de Macau, a oferta monetária (M2) tem aumentado significativamente nos últimos anos.

	Taxas de variação (%) de agregados monetários e dos preços				Taxa de juro dos bilhetes monetários 3-meses; %	Taxa de juro real dos bilhetes a 3-meses; %
	base monetária	M1	M2	IPC geral		
1996	6,0	1,7	7,0	4,8	5,436	0,636
1997	4,9	-7,1	5,2	3,5	6,392	2,892
1998	6,9	3,8	3,1	1,6	8,454	6,854
1999	7,5	-2,6	6,8	-3,2	5,859	9,059
2000	3,6	-7,8	-1,4	-1,6	6,167	7,767
2001	5,7	19,6	7,8	2,6	4,036	1,436
2002	9,3	7,3	8,1	-2,6	1,807	4,407
2003	15,9	38,4	12,3	-1,6	1,120	2,720
2004	15,0	52,9	8,9	1,0	0,353	-0,647
2005	8,6	-4,8	12,2	4,4	2,446	-1,954
2006	17,9	42,7	24,5	5,2	4,127	-1,073
2007	17,8	23,8	10,0	5,2	4,148	-1,052

Crédito Interno ao Sector Privado (taxa variação; %)	
1996	6,6
1997	9,9
1998	-12,5
1999	-1,7
2000	-7,1
2001	-7,0
2002	-5,4
2003	-1,4
2004	8,5
2005	21,8
2006	13,4
2007	42,2



A evolução do crédito, por sua vez, tem mostrado nos últimos anos uma dinâmica significativa e que está relacionada, nomeadamente, com o surto de construção que se vive na RAEM.

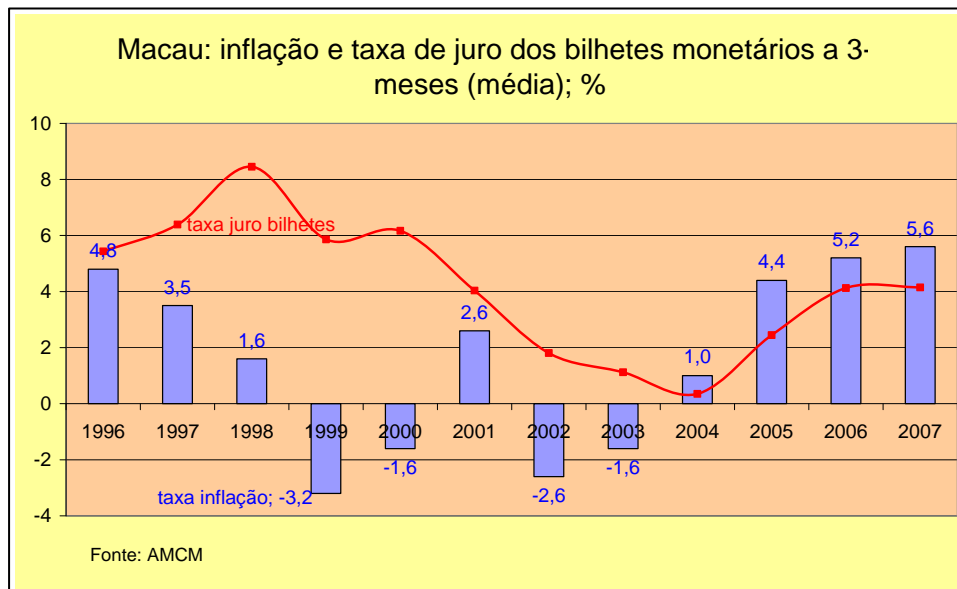
Na verdade, depois de ter conhecido taxas de variação negativas desde a crise de 1997-98 até ao ano de 2003, quando a retoma económica começou, o crédito interno

ao sector privado tem conhecido sucessivamente, nos últimos anos, taxas positivas, atingindo a “enormidade” de 42,2% em 2007.

Este crescimento do crédito tem sido financiado por um aumento significativo dos depósitos do sector privado que encontra paralelo no crescimento dos do sector público.

A evolução dos agregados monetários referida acima e, em geral, a aceleração do crescimento económico dos últimos anos dificilmente deixaria de se repercutir na evolução dos preços. Não é de estranhar, pois, que a taxa de inflação tenha aumentado desde o período da crise de 2002-03, quando chegou a ter valores negativos devido ao efeito daquela crise e também de uma evolução similar em Hong Kong e na própria China Continental.

A taxa de inflação em 2006 alcançou os 5,2% e subiu aos 5,6% em 2007, implicando como uma das consequências que as taxas de juro reais são agora negativas.



De notar que nos últimos três meses de 2007 a taxa de inflação foi de 6,2%, 6,7% e 7,2%, “saltando” para os 8,3% em Janeiro de 2008. Esta evolução é preocupante pois dá a ideia das dificuldades que as autoridades monetárias estão a ter para controlar a inflação num contexto de “explosão” dos gastos em jogo --- na maior parte dos casos por não-residentes, tornando a inflação algo “importada” e, por isso, mais difícil de controlar num contexto de um regime cambial como o de Macau.

Esta informação deve ser enquadrada também no que se disse acima sobre os custos --- principalmente para os seus residentes --- da nova estratégia de crescimento de Macau. Confessamos aqui o nosso “pessimismo moderado” sobre a possibilidade de, a curto-médio prazo inverter esta tendência.

Índice de Desenvolvimento Humano

As estatísticas que temos vindo a abordar dão-nos uma ideia da evolução de Macau desde há alguns anos a esta parte numa perspectiva eminentemente económica.

Cada vez mais, porém, é reconhecida a necessidade de complementar esta com indicações sobre a “qualidade de vida” da população. O mais recente indicador desta é o Índice de Desenvolvimento Humano criado em 1990 no âmbito do PNUD por Mahmood UI Haq e Amartya Sen.

Devido à pequena dimensão da RAEM o PNUD não tem publicado o valor do IDH para Macau mas investigadores do Instituto Inter-Universitário de Macau publicaram recentemente uma série estatística com os dados do IDH para a Região ²⁴.



	2003	2004	2005	2006
HDI	0.91	0.91	0.93	0.94
Life expectancy index	0.90	0.90	0.95	0.95
Education index	0.92	0.92	0.92	0.92
GDP index	0.90	0.90	0.92	0.94

Como se pode verificar o IDH de Macau subiu rapidamente entre 2004 e 2006 graças, principalmente, às melhorias obtidas em dois dos três sub-índices usualmente utilizados para cálculo do IDH: o representativo do estado de saúde da população (a esperança de vida à nascença) e o que representa a evolução da situação material (o Índice do PIB per capita em PPC).

Anteriormente S.S.Chan, do Gabinete de Estudos da AMCM, tinha publicado o quadro abaixo que permite a comparação da situação de Macau com outras regiões da China e com Portugal em 2003.

²⁴ Vd WHITFIELD, Richard (coord) *Macau Quality of Life Report – Quarter 1 - 2007*, in <http://www.ium.edu.mo/DOC/QoL/Q107/EPressConf.pdf> (visto em 19 de Março de 2008)

Índice de Desenvolvimento Humano

	1993	2003
Macau	0,896	0,909
Hong Kong	0,909	0,916
Xangai		0,909
Pequim		0,882
China	0,609	0,746 (só China Continental)
Portugal	0,878	0,904

Fontes: 1993: S.S. Chan *The Macau economy*, University of Macau, 2000
 2003: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_China_administrative_divisions_by_HDI

Sumário e conclusões

O principal objectivo deste trabalho é estudar a evolução da economia (e principalmente, da estratégia de desenvolvimento) de Macau desde a transferência da sua administração de Portugal para a China --- ainda que a administração seja, no essencial, exercida por residentes de Macau --- comparando as grandes opções de política económica em vigor actualmente com as que foram implementadas antes do *handover*.

A nossa principal conclusão é a de que as diferenças entre as estratégias aplicadas antes e depois daquele acto são mais de *grau* do que de *tipo/perfil* embora a diferença na *quantidade* (grau) se torne por vezes, como se tornou em parte no caso de Macau, numa verdadeira diferença de *qualidade* (estrutura, perfil).

Mais, a diferença é fundamentalmente resultante da presença do “factor chinês”, a possibilidade que a China Continental deu aos seus cidadãos de se deslocarem, com alguma facilidade, a Macau. De facto, é esta a base essencial da diferença entre as estratégias “portuguesa” e “chinesa” e, mesmo, da que resultaria tendencialmente se se tivesse mantido a administração portuguesa para além de 1999 e, principalmente, depois de 2002, quando terminou o monopólio do jogo. , reconhecemos, não é uma diferença despicienda até porque não estava ao alcance da administração portuguesa.

Chamámos também a atenção para alguns dos custos da actual estratégia, o menor dos quais não é certamente um processo inflacionário que não vai ser fácil de dominar nos tempos mais próximos e uma certa degradação da *qualidade de vida* --- para além do *custo de vida* --- que pode resultar da pressão resultante da presença de uma população flutuante de cerca de 70 mil pessoas numa RAE com cerca de 500 mil habitantes residentes permanentes.

Post scriptum

Como foi dito no início do texto, o essencial da sua redacção foi efectuada em meados de 2007 e só o aparecimento de outros afazeres impediram que tivesse sido publicado, como previsto, no último trimestre desse ano.

Entretanto fomos acompanhando a evolução da situação económica de Macau e no início de Setembro/08 foi-nos mesmo passar um curtíssimo período na RAEM que nos possibilitou, através de visitas várias e de conversas com observadores locais, escrever este *post-scriptum* confirmando, no essencial e quase ponto por ponto, quanto dissemos no corpo principal do texto.

Algumas notas mais específicas:

- a) é cada vez mais nítida a dificuldade da RAEM manter os seus níveis anteriores de exportação, numa confirmação de dois fenómenos: a de que o jogo tendeu a “expulsar” outras actividades e que a China Continental precisa cada vez menos de Macau como “janela” de exportação para o Mundo,
- b) é também nítido o mal estar de parte da população com a evolução dos preços (incluindo das habitações) e que levou a que o governo tivesse decidido, este ano, como que “compensar” os habitantes através da concessão de um subsídio de 5 mil MOP a cada residente permanente e de 3,5 mil a cada não permanente - -- incluindo os muitos que ganham mensalmente rendimentos chorudos;
- c) este mesmo mal estar tem-se traduzido num esforço de duas tendências já detectadas anteriormente: por um lado, a dificuldade de sobrevivência do pequeno comércio, “estrangulado” por rendas comerciais cada vez mais caras --- o que faz também com que haja uma velocidade significativa de nascimento e de morte de pequenos comércios e de permanente rotação de inquilinos de alguns espaços comerciais; e, por outro lado, a crescente tendência em habitantes de Macau procurarem habitação nas povoações vizinhas da China Continental (Gongbei, nomeadamente);
- d) começa a ser patente que alguns casinos estão a sentir alguma dificuldades financeiras que os levam, por exemplo, a abrandar o ritmo de execução dos grandes projectos que estão a desenvolver;
- e) do mesmo modo e considerando que o que está em construção (casinos e hotéis) corresponde sensivelmente ao que já está construído, começa a haver sinais de que o volume global de mesas (e máquinas) de jogo e de camas de hotéis de que Macau virá a estar dotado pode ser exagerado em relação às expectativas de evolução do mercado;
- f) para esta evolução serão determinantes quer o aparecimento de outros locais de jogo na região da Ásia Oriental (de Japão a Taiwan, de Singapura ao Vietname) quer o comportamento das autoridades da China Continental em termos de concessão de vistos para os seus cidadão se deslocarem a Macau. Este

comportamento, embora não possa ser considerado como errático, não deixa de causar alguma preocupação a agentes económicos de Macau sobre a sua sustentabilidade no futuro. A recente decisão de reduzir a concessão de vistos dos residentes da vizinha província de Guangdong (Cantão) a 1 visto a cada 3 meses é “mais uma acha para a fogueira” naquela preocupação;

- g) Aquele comportamento tem, aparentemente, procurado conciliar os interesses de Macau em dispor de um fluxo elevado e constante de visitantes (e jogadores...) com o interesse da China Continental em evitar que parte dos seus recursos --- nomeadamente desviados de empresas públicas... --- sejam escoados para Macau e, por via dos lucros dos casinos, para o estrangeiro (particularmente os Estados Unidos);
- h) A recente crise financeira internacional terá repercussões em Macau? Admite-se que sim nomeadamente por duas vias: maiores dificuldades no financiamento dos investimentos em curso e dos que falta fazer para terminar o “plano global” de construções previstas e provável redução nas despesas dos grandes jogadores --- a principal fonte de receita --- e nas receitas provenientes da realização de actividades complementares do jogo, como as convenções, por exemplo;
- i) Uma terceira consequência pode ser a da redução da pressão no mercado imobiliário, com consequente dificuldade de escoamento de muitas habitações e tendência à queda do seu preço bem como de algumas rendas;
- j) *Last, not least*, pressões sociais de vária ordem --- incluindo para que a mão-de-obra do sector dos casinos tenha uma maior componente “chinesa” --- e (talvez) o começo da preparação do pós-construção de casinos parecem estar na origem da decisão de limitar a importação de mão-de-obra e de concessão de autorizações de residência.

Agradecimentos

Este texto não teria sido possível sem o apoio da Fundação Oriente, à qual se agradece aqui pela oportunidade dada para a actualização e aprofundamento da primeira versão deste texto, publicada em 2006 como Documento de Trabalho nº72 do CEsa, o centro de investigação sobre o desenvolvimento do ISEG/UTL. Este também participou no financiamento desta investigação através de recursos do seu financiamento plurianual recebidos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Da mesma forma, o texto não teria sido possível sem as contribuições de José João Pãosinho, Regina Tam, Sau San Chan, Pedro Neto, António Menano, Albano Martins, Fernando Reinho, Vasco Silvério Marques e Rui Rocha --- aqui citados sem qualquer ordem especial até porque todos foram igualmente importantes para nos ajudar a compreender melhor a realidade de Macau de antes e de hoje. Bem hajam.

Por fim mas não por último, permita-se ao autor principal que deixe aqui uma palavra de especial agradecimento à contribuição de Maria João Gregório, com quem estas ideias foram discutidas profundamente --- até ao ponto de ela ser também responsável pelo que aqui fica --- e cujo apoio no local se mostrou quase a condição *sine qua non* para a realização da investigação (feita a dois) e a escrita do texto.

BIBLIOGRAFIA

CHAN S. S. *The Macau economy*, Universidade de Macau, 2000

DSEC-Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM *Boletins Mensais de Estatística*, vários números

HO, W.S. "Macao's economy since the handover" in *Boletim Trimestral da AMCM*, nº 14, Janeiro/2005, Autoridade Monetária de Macau, 2005

NUNES, Maria Rosalina C. de Castro, *Macau: um pequeno território em grande transformação. Um olhar sobre as duas últimas décadas do Séc. XX*, CEsa - Documento de Trabalho nº 38, Lisboa, 1995

PAO, Jay W. "Recent developments and prospects of Macao's tourism industry" in *Boletim Trimestral da AMCM*, nº 13, Outubro/2004, Autoridade Monetária de Macau, 2004

WELKER, Jennifer *The new Macau*, China-Link Publishing (Macau), 2005